



OP-101AB-21
CÓD: 7908403504121

SME-MAUÁ-SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MAUÁ
ESTADO DE SÃO PAULO

Auxiliar de Desenvolvimento Infantil

EDITAL N° 01/2021

História Geral

| | |
|---|----|
| 1. Grandes Civilizações. | 01 |
| 2. Personagens históricos. | 02 |
| 3. A conquista da América. | 02 |
| 4. Mercantilismo e o Sistema Colonial. O Renascimento Cultural Europeu. | 04 |
| 5. Revoluções. Iluminismo. | 07 |
| 6. Revolução Industrial. A revolução Francesa. | 08 |
| 7. Idade Média. | 14 |
| 8. A primeira guerra mundial. | 18 |
| 9. A década do pós Guerra. | 19 |
| 10. A segunda guerra Mundial. | 20 |

História do Brasil

| | |
|---|----|
| 1. Balaiada. | 01 |
| 2. Guerra de Canudos. | 01 |
| 3. Bandeirantes. | 01 |
| 4. Brasil Colônia. | 01 |
| 5. Brasil República. | 06 |
| 6. Descobrimento do Brasil. | 11 |
| 7. Capitânicas Hereditárias. | 12 |
| 8. Escravidão no Brasil. Abolição da Escravatura. | 12 |
| 9. Guerra do Paraguai. | 14 |
| 10. Índios do Brasil. | 14 |
| 11. Invasão Holandesa no Brasil. | 16 |
| 12. Guerra dos Emboabas. | 16 |
| 13. Guerra dos Farrapos. | 16 |
| 14. Independência do Brasil. | 17 |
| 15. Era Vargas. | 20 |

Geografia Geral

| | |
|--|----|
| 1. Hidrografia. | 01 |
| 2. Mapas | 05 |
| 3. África. América do Norte. América Central. América do Sul. Ásia | 12 |
| 4. Geopolítica | 21 |
| 5. Geografia Física. | 23 |
| 6. Produção e Consumo de Energia. | 27 |
| 7. Minerais Metálicos | 30 |

Geografia do Brasil

| | |
|---|----|
| 1. Industrialização Brasileira. Urbanização Brasileira. Agropecuária. Questões Ambientais. Clima do Brasil. Mapas do Brasil. Desmatamento no Brasil. Rio Amazonas. Mercosul. Dados Geográficos. Relevo Brasileiro. Efeito Estufa. Aquífero Guarani. Hidrografia. Vegetação. | 01 |
|---|----|

Atualidades

| | |
|--|----|
| 1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas. | 01 |
|--|----|

Língua Portuguesa

| | |
|---|----|
| 1. Ortografia. | 01 |
| 2. Acentuação Gráfica. | 01 |
| 3. Pontuação. | 02 |
| 4. Classes de Palavras: artigo, nome, pronome, verbo, palavras relacionadas (preposição e conjunção), Flexão Nominal, Flexão Verbal, Número pessoal e modo temporal, formação de palavras: composição e derivação portuguesa | 03 |
| 5. Concordância Nominal, Concordância verbal, | 10 |
| 6. Estrutura da frase portuguesa: a) termos da oração; b) coordenação e subordinação, | 12 |
| 7. Regência nominal e verbal. | 14 |
| 8. Colocação Pronominal, | 15 |
| 9. Sinonímia, Antonímia, Polissemia, Denotação e Conotação, | 15 |
| 10. Recursos Linguísticos (linguagem figurada) | 15 |
| 11. Redação, | 17 |
| 12. Interpretação de Textos. | 27 |

Matemática

| | |
|---|----|
| 1. Propriedades, Simplificação de radicais, Operações radicais, Racionalização simples. | 01 |
| 2. Equações incompletas. Resoluções de uma equação. Sistema simples de equações, Equações de 1º e 2º graus, Resoluções de problemas | 10 |
| 3. Noções de relação e função, Função de 1º grau, Funções, Função constante, relação e função: noções gerais, domínio, imagem . | 13 |
| 4. Razão e proporção, Grandezas proporcionais | 26 |
| 5. Regra de três simples, regra de três composta | 27 |
| 6. Porcentagem. | 29 |
| 7. Juros (simples e composto) | 30 |
| 8. Conjunto de números inteiros: operações, conjunto de números racionais: expressões algébricas, operações, Radicais: operações, simplificações, racionalização, propriedades | 01 |

HISTÓRIA GERAL

| | |
|---|----|
| 1. Grandes Civilizações. | 01 |
| 2. Personagens históricos. | 02 |
| 3. A conquista da América. | 02 |
| 4. Mercantilismo e o Sistema Colonial. O Renascimento Cultural Europeu. | 04 |
| 5. Revoluções. Iluminismo. | 07 |
| 6. Revolução Industrial. A revolução Francesa. | 08 |
| 7. Idade Média. | 14 |
| 8. A primeira guerra mundial. | 18 |
| 9. A década do pós Guerra. | 19 |
| 10. A segunda guerra Mundial. | 20 |

GRANDES CIVILIZAÇÕES

Houve um período conhecido como Idade Antiga, no qual houve o florescimento apogeu de grandes civilizações. Essas civilizações se desenvolveram no Oriente Médio e na Europa. Vamos destacar no quadro abaixo as principais civilizações, juntamente com suas características principais.

| ASPECTO | MESOPOTÂMIA | EGITO | GREGA | ROMANA |
|-----------------|---|--|---|---|
| Geografia | <ul style="list-style-type: none"> • Oriente Médio; • Entre os rios Tigre e o rio Eufrates; • Crescente Fértil | <ul style="list-style-type: none"> • Nordeste da África; • Vale do rio Nilo; • Região desértica. | <ul style="list-style-type: none"> • Península Balcânica; • Ilhas ao longo do mar Egeu; • Ásia menor; • Região do Mediterrâneo ao Sul da Península Itálica e Ilha de Sicília. | <ul style="list-style-type: none"> • Península itálica; • Foi construído e expandido o maior império da antiguidade. |
| Economia | <ul style="list-style-type: none"> • Agrária e Pastoral; • Região com poucos recursos naturais; • Meios de Produção controlados pelo Estado e Templos. | <ul style="list-style-type: none"> • Trigo, cevada, linho, algodão, frutas e legumes; • Criação de Animais; • Dependência do Rio Nilo. | <ul style="list-style-type: none"> • Produtos artesanais (couro, metal e tecidos); • Agricultura (vinha, oliveira e trigo). | <ul style="list-style-type: none"> • Agricultura; • Comércio; • Conquistas Territoriais. |
| Regime Político | <ul style="list-style-type: none"> • Teocracia | <ul style="list-style-type: none"> • Teocracia | <ul style="list-style-type: none"> • A Grécia era formada pelas Polis (Cidades autônomas) • A Democracia foi predominante em Atenas. | Três Fases: <ul style="list-style-type: none"> • Monarquia; • República; • Império. |
| Sociedade | <ul style="list-style-type: none"> • Rei, Militares, Mercadores, Sacerdotes; • Artesões e camponeses; • Escravos. | <ul style="list-style-type: none"> • Rígida hierarquia; • Faraó e Família; • Nobre, Sacerdotes e Escribas; • Artesãos e camponeses; • Escravos. | Em Atenas: <ul style="list-style-type: none"> • Eupátridas; • Geomores; • Demiurgos Metecos; • Escravos. Em Esparta: <ul style="list-style-type: none"> • Espartanos; • Periecos; • Hilotas. | <ul style="list-style-type: none"> • Pátricios; • Clientes; • Plebeus; • Escravos. |
| Escrita | <ul style="list-style-type: none"> • Cuneiforme. | <ul style="list-style-type: none"> • Hieroglífico, hierático e o demótico. | <ul style="list-style-type: none"> • Utilização de um alfabeto grego da fusão de várias culturas. | <ul style="list-style-type: none"> • Organização de um sistema alfabético formado pela fusão do alfabeto grego e outros elementos. |
| Religião | <ul style="list-style-type: none"> • Politeísta. | <ul style="list-style-type: none"> • Politeísta. | <ul style="list-style-type: none"> • Politeísta; • Mitologia intensa. | <ul style="list-style-type: none"> • Politeísta. |
| Cultura e Artes | <ul style="list-style-type: none"> • Zigurates; • Jardins Suspensos; • Astronomia; • Matemática; • Código de Hamurabi. | <ul style="list-style-type: none"> • Pirâmides; • Matemática; • Geometria; • Anatomia; • Mumificação. | <ul style="list-style-type: none"> • Filosofia; • Poesia épica e lírica; • História; • Artes plásticas; • Arquitetura; • Astronomia; • Física, química, mecânica, matemática e a geometria. | <ul style="list-style-type: none"> • Esculturas, pinturas, mosaicos, arenas; • Arquitetura: Colunas Romanas. |

PERSONAGENS HISTÓRICOS

É impossível relatar todos os personagens históricos, mas abaixo estão relatados alguns personagens históricos marcantes no contexto da ciência e humanidade.

| PERSONAGEM | PERÍODO | ÁREA | ATUAÇÃO |
|--------------------|-------------------------|---|---|
| Platão | 427 ac. - 347 ac. | Filosofia | Estudo de Ciências e Filosofia |
| Albert Einstein | (1879-1955) | Física | Criação da Teoria da Relatividade |
| Charles Darwin | (1809-1882) | Ciência (Genética) | Autor do livro "A origem das espécies" |
| Galileu Galilei | (1564-1642) | Física, Matemática e Astronomia. | Comprovação Teoria do Hélio Centrismo de Nicolau Copérnico. |
| Henry Ford | (1863-1947) | Empresário | Fundador da Ford Motor Company. |
| Leonardo da Vinci | 1452-1519) | Arte (Arquiteto, engenheiro, desenhista e pintor. | Obras de pintura como a Monalisa e outros projetos |
| Isaac Newton | (1643-1727) | Física | Autor da Lei da Gravitação Universal (Teoria do Movimento) |
| Nelson Mandela | (1918-2013) | Política Social | Luta contra a segregação racial |
| Martin Luther King | (1929-1968) | Política Social e Racismo | Discriminação racial |
| Alexander Fleming | (1881-1955) | Medicina | Criação do antibiótico chamado de penicilina |
| Karl Marx | (1818-1883) | Política | Suas obras foram: O Capital e o Manifesto Comunista (escrito em parceria com Friedrich Engels). |
| Sigmund Freud | (1856-1939) | Psicanálise e Medicina | Neurologia e estudo do subconsciente. |
| Thomas Edison | (1847-1931) | Criação e invenção | Criação da Lâmpada elétrica e outras invenções. |
| Cristóvão Colombo | (1451-1506) | Navegação (astronomia, física e matemática) | Descoberta da América e outras viagens para a África e Europa. |
| Mahatma Gandhi | (1869-1948) | Social | Personalidade crucial para a independência da Índia. |

A CONQUISTA DA AMÉRICA

AMÉRICA ESPANHOLA

Conquista Espanhola na América

A conquista da América significou a dizimação de grande parte dos povos nativos e a desintegração de sua cultura. Ali, os conquistadores europeus revelaram uma severa intolerância em relação aos diferentes modos de viver e de ver o mundo das populações ameríndias¹.

As diferenças culturais e ideológicas dos colonizadores e dos colonizados geraram diversos choques violentos e múltiplas formas de dominação, composição e resistência. A integração da América ao contexto europeu ocorreu por meio do colonialismo mercantilista. Entre as colônias e as metrópoles foi estabelecido um conjunto de normas que regulamentou suas relações - chamado por muitos de **pacto colonial**. Segundo essas normas, as metrópoles exerceriam o monopólio sobre tudo o que as colônias importassem ou exportassem - o "exclusivo comercial".

1 Vicentino, Cláudio. Olhares da História Brasil e Mundo. Cláudio Vicentino. José Bruno Vicentino. Savério Lavorato Júnior. 1ª ed. São Paulo. Scipione.

Outro princípio estabelecia que, enquanto a metrópole se concentrava no comércio, mais lucrativo, a colônia se dedicaria à produção de gêneros agrícolas e à extração de recursos naturais. Dessa forma, a ideia de “pacto” aqui deve ser considerada mais uma relação de subordinação.

Os europeus viam na América um vantajoso comércio colonial, fundamental para a prosperidade das metrópoles e para a manutenção de um Estado centralizado e forte. Submetendo os nativos e explorando seu trabalho, exterminaram grande parte das populações nativas, o que causou o declínio de povos como os incas da América do Sul e os astecas do México.

Durante séculos, várias civilizações se desenvolveram no continente. Calcula-se que, em fins do século XV, perto de 100 milhões de indígenas, pertencentes a diversos grupos étnicos, ocupavam a América. Na Mesoamérica, região que vai do México à Costa Rica, sucederam-se civilizações como as dos olmecas, dos toltecas, o Império Teotihuacán e as sociedades maia e asteca. Por volta do século XII, na região da cordilheira dos Andes, especialmente nos territórios dos atuais Peru e Bolívia, diversos grupos quíchuas foram reunidos sob o vasto Império Inca, que tinha como centro a cidade de Cuzco e era herdeiro da cultura de civilizações precedentes.

Liderados por um imperador que, além de chefe militar, era considerado um deus na terra, o “filho do sol”, os incas conheceram seu auge entre os séculos XV e XVI, até a chegada dos espanhóis à região, em 1531. Em 1525, antes da chegada dos espanhóis, a morte do imperador inca Huayna Cápac anunciou uma violenta disputa entre seus dois filhos, Huascar (c. 1491-1533) e Atahualpa (c. 1502-1533), abalando o poder central do império.

Foi em meio a esse quadro que as tropas espanholas sob o comando de Francisco Pizarro (1476-1541), vistas como aliadas pelos homens de Huascar, capturaram Atahualpa, em Cajamarca. Na mesma época, os exércitos de Atahualpa prenderam, em Cuzco, o líder Huascar. Essa situação insólita em que Huascar era prisioneiro de Atahualpa, que, por sua vez, era prisioneiro de Pizarro, durou quase um ano.

Em 1533, Huascar foi assassinado e Atahualpa, condenado à morte por Pizarro. A dominação espanhola, contudo, encontrou ainda uma forte resistência inca que durou mais de quarenta anos, até a morte do último imperador, Túpac Amaru, em 1572. A civilização maia, cujo centro era a península de Iucatã, na região sudeste do atual México, teve seu apogeu entre os séculos III e X.

Organizava-se em cidades-Estado, cujo domínio político e social, de caráter hereditário, era exercido por uma elite religiosa e militar. Em torno de mais de cinquenta centros urbanos, havia aldeias de camponeses submetidos à servidão coletiva. Com mais de dois milhões de habitantes, a civilização maia foi responsável pela criação de um sofisticado sistema de escrita e desenvolveu diversos calendários. Pouco se sabe sobre as causas de seu declínio. Suas cidades foram abandonadas e, na época da chegada dos espanhóis, já não existia uma civilização maia organizada. A civilização asteca foi a mais grandiosa das civilizações da Mesoamérica e reunia uma população estimada em 15 milhões de habitantes. Tinha por capital a cidade de Tenochtitlán (atual Cidade do México), fundada em 1325. Entre 1519 e 1521, porém, a sociedade asteca foi conquistada e destruída pelos espanhóis comandados por Hernán Cortez (1485-1547).

Colonização Espanhola

A ideia de expansão da fé católica por meio da conversão dos indígenas foi utilizada por espanhóis e portugueses como justificativa para a exploração da América. Até o final do século XVI, os espanhóis já haviam subjugado os grandes impérios Inca e Asteca, por força de sua ganância, superioridade técnica militar (uso de armas de fogo e cavalos, até então desconhecidos na América) e até mesmo habilidade política, fazendo e desfazendo alianças, jogando os povos indígenas uns contra os outros.

As doenças europeias, para as quais o organismo dos nativos não tinha defesa imunológica - como sarampo, gripe e varíola -, também foram responsáveis pelo extermínio de grande número de ameríndios.

Durante os séculos XVI e XVII, os espanhóis se concentraram na extração de metais preciosos (ouro e prata) dos atuais México e Peru, o que denotava o caráter de exploração das colônias. Cumpriram-se os objetivos das práticas mercantilistas, com a transferência das riquezas coloniais para a metrópole espanhola.

Além da exploração mineira, o comando metropolitano também distribuiu terras aos colonizadores, formando as **haciendas**, típicas da região que corresponde ao atual Chile e de algumas áreas mexicanas. As haciendas eram grandes propriedades, trabalhadas por nativos, nem sempre dedicadas à monocultura. Assim como na América portuguesa, também na América espanhola surgiram outras formas de propriedade agrícola, muitas dedicadas ao consumo interno da área colonial.

Para explorar as minas, os espanhóis adotaram a **mita**, forma de trabalho que já existia no Império Inca. Sob a mita, os indígenas eram retirados de sua comunidade e obrigados a extrair minérios para os conquistadores em troca de uma remuneração irrisória. O uso da mão de obra indígena arruinou a estrutura comunitária dessa população, contribuindo também para dizimá-la - vitimada pelas péssimas condições de trabalho nas minas.

Outra forma de exploração do trabalho foi a **encomienda**. Por esse sistema, o rei da Espanha, por meio dos administradores coloniais, distribuía a encomendas, obrigatoriamente espanhóis estabelecidos na América, o direito de explorar o trabalho de indígenas em troca de oferecer-lhes uma educação cristã. Os indígenas submetidos ao trabalho para enriquecer os espanhóis eram os sobreviventes da conquista, pois na derrubada dos impérios, sobretudo asteca e inca, milhões de nativos morreram. As estimativas mais conservadoras calculam 10 milhões de mortos, e as mais pessimistas falam em algumas dezenas de milhões, só no período de instalação do poder espanhol.

De início, os conquistadores com a função de efetivar a dominação em nome da Coroa receberam o título de **adelantados** e vários privilégios. Com o sucesso dos negócios, todo o gerenciamento da colonização passou a ser feito na Espanha, a cargo da **Casa de Contratação**, criada em 1503 e completada em 1511, com a criação das Audiências.

Com o objetivo de fiscalizar os colonos - e, em 1524, pelo **Conselho das Índias**, órgão responsável pelas decisões administrativas e pela escolha de representantes espanhóis da administração - os **chapetones**.

Em 1535 foi fundado o primeiro vice-reinado - **Vice-Reinado de Nova Espanha** -, seguindo-se a fundação em 1543 do Vice-Reinado do Peru, e outros, seguidos depois pelas Capitânicas Gerais, sob controle do Conselho das Índias. Na colônia, cada ayuntamiento, mais tarde chamado de **Cabildo** - um tipo de câmara municipal que fiscalizava os colonos e as propriedades públicas -, se responsabilizava pela administração das cidades.

Os grandes proprietários de terras nascidos na Espanha e os **criollos**, descendentes de espanhóis nascidos na América, formavam a elite colonial espanhola. Várias outras autoridades completavam a ordem administrativa colonial.

A atividade comercial e a arrecadação de impostos eram realizadas pela Casa de Contratação, que, para melhor controlar o comércio colonial, instituiu o regime de “porto único». Por esse regime, somente um porto espanhol - de início o de Sevilha, onde ficava a sede da instituição - faria o comércio com a América. No Novo Mundo, os portos autorizados a realizar o comércio externo com a metrópole eram os de Veracruz (México), Porto Belo (Panamá) e Cartagena (Colômbia).

O sistema garantia o controle da metrópole sobre tudo o que entrava e saía das colônias.

MERCANTILISMO E O SISTEMA COLONIAL. O RENASCIMENTO CULTURAL EUROPEU

Mercantilismo

Interessados em promover o fortalecimento financeiro do estado moderno, os governantes europeus, incluindo também a Holanda, adotaram um conjunto de **práticas econômicas** conhecidas como **mercantilismo**. Vale observar que esse termo não existia na época; ele só passou a ser usado por economistas do final do século XVIII, referindo-se às práticas intervencionistas do Estado na economia entre os séculos XV e XVIII.

Tais práticas não constituíam um sistema coeso de ideias, uma teoria econômica, nem eram aplicadas de maneira homogênea na Europa, ao longo dos séculos da Idade Moderna.

Vejamos algumas de suas características:

- **Metalismo**: concepção segundo a qual a riqueza de um Estado estava na quantidade de metais preciosos (ouro e prata) acumulada no país. O metal poderia ser obtido de forma direta, pela exploração de minas ou pelo comércio. Neste caso, o Estado deveria ter uma **balança comercial favorável**, ou seja, deveria exportar mais do que importar.

- **Protecionismo**: em função do interesse em acumular metais preciosos, muitos governantes adotaram medidas para ampliar as exportações e proteger as empresas nacionais produtoras de manufaturados da concorrência estrangeira. Para isso, impunham barreiras tarifárias à importação, principalmente aos produtos que pudessem ser fabricados no próprio reino. Essa e outras práticas mostram um alto grau de intervenção do Estado nas atividades produtivas.

- **Colonialismo**: exploração das riquezas de territórios conquistados em outros continentes. Portugal explorou o mercado de especiarias ao estabelecer rotas alternativas para as Índias e, mais tarde, a produção de açúcar em sua colônia da América do Sul. A Espanha apoderou-se de imensa riqueza em ouro e prata ao iniciar o processo de exploração das minas americanas, na primeira metade do século XVI.

- **Industrialismo**: praticado apenas por alguns países, como Inglaterra e França, retardatários no processo de expansão marítima. Consistia em promover a produção de manufaturados, que rendiam bons impostos para o governo e poderiam ser exportados. Portugal e Espanha não se interessaram por essa prática.

ESTADO MODERNO E O ABSOLUTISMO MONÁRQUICO

Estado Moderno

Do ponto de vista político, as sociedades se organizaram de diferentes maneiras ao longo do tempo. Durante a Idade Média, na maior parte da Europa ocidental, o poder fragmentou-se entre os senhores feudais, que administravam a justiça em suas propriedades. A autoridade dos reis era praticamente simbólica².

A partir dos últimos séculos desse período, porém, alguns reis europeus começaram a criar mecanismos para centralizar o poder, enfraquecendo a autoridade dos senhores feudais e da Igreja. Formaram-se assim as chamadas **monarquias nacionais**. Veremos seguir, as transformações políticas que até o século XVIII decorreram dessas mudanças e levaram à formação dos chamados **Estados modernos**.

Centralização do Governo

Apesar da Expansão Marítima e da Revolução Comercial, a Europa atravessou diversos momentos de crise entre os séculos XV e XVII. A produção agrícola, por exemplo, não cresceu na mesma proporção que a população. Os alimentos encareceram e a fome provocou revoltas populares. Ao mesmo tempo, o continente foi sacudido pelas guerras religiosas desencadeadas pela Reforma protestante.

Outras guerras deveram-se à disputa por limites territoriais e pela supremacia do comércio marítimo. Diante dessa situação, pensadores políticos argumentavam que somente um governo fortemente centralizado seria capaz de pôr fim à desordem.

Tais ideias contribuíram para legitimar o crescente poder dos reis. Com a centralização do poder, os interesses gerais do Estado nacional foram se sobrepondo às preferências dos senhores feudais. Para se respaldar, o rei constituiu uma burocracia de profissionais especializados nos diversos setores da administração: financeiro, jurídico, fiscal (para a cobrança de impostos), etc. Começava a surgir o Estado moderno.

No **âmbito jurídico**, esses governos gradualmente substituíram o direito feudal por leis inspiradas pelo Direito Romano. Com isso, as leis baseadas nos costumes e na tradição, que garantiam os privilégios da nobreza, deram lugar a normas jurídicas impessoais, que valiam para todos. Os laços feudais de suserania e vassalagem desapareceram, enquanto a Igreja católica, enfraquecida com a Reforma, perdeu boa parte da influência que exercia sobre os monarcas.

Concomitantemente, os reis criaram exércitos nacionais permanentes, financiados por tributos, para substituir as tropas particulares dos senhores feudais. Na esfera econômica, os soberanos adotaram um conjunto de medidas e práticas comerciais e financeiras conhecido como mercantilismo. Essas medidas incentivavam a circulação de dinheiro e de mercadorias.

Teóricos do Absolutismo

Uma das primeiras teorias a dar sustentação ao absolutismo monárquico foi elaborada pelo filósofo francês **Jean Bodin** (1529-1596). Somente o rei, dizia ele, poderia fazer e revogar as leis. Esse poder, que Bodin chamou de **soberania**, emanaria diretamente de Deus.

² Azevedo, Gislane. História: passado e presente / Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi. 1ª ed. São Paulo. Ática.

Mais tarde, o filósofo inglês **Thomas Hobbes** (1588-1679), em sua obra *Leviatã*, afirmou que em uma sociedade sem Estado imperaria a barbárie e a “guerra de todos contra todos”. Para ele, as pessoas teriam estabelecido um contrato ou **pacto social**, por meio do qual renunciavam à sua liberdade e se submetiam ao poder absoluto de um governante para que ele garantisse paz e segurança a todos.

Já o francês **Jacques Bossuet** (1627-1704), autor de Política segundo as Sagradas Escrituras, afirmava que o poder do rei lhe havia sido concedido por Deus e, por isso, deveria ser ilimitado e incontestável. Era a chamada **Teoria do Direito Divino**.

Poder Absoluto

A extrema centralização do poder originou uma forma de organização do Estado conhecida como **absolutismo monárquico**. Nas monarquias absolutistas, o rei detinha o poder de legislar, isto é, de criar e revogar as leis. Sua autoridade era quase absoluta: só encontrava limites nas leis do Deus cristão e em costumes e tradições da época.

Absolutismo Francês

A transformação da monarquia francesa em Estado absolutista teve início no reinado de Francisco I (1515-1547)¹ e acentuou-se com Henrique IV (1589-1610). Além de desprezar os Estados Gerais (assembleia de representantes na nobreza, do clero e da burguesia), Henrique IV vigiou os governadores das províncias e deixou de lado os grandes senhores feudais, nomeando ministros oriundos da burguesia.

Ao mesmo tempo, estimulou o mercantilismo, iniciou a colonização das terras que hoje correspondem ao Canadá e incentivou a agricultura e as manufaturas. Porém, foi com **Luís XIV** (1643-1715) que o absolutismo francês assumiu sua forma máxima de expressão. Seu governo esvaziou o **Conselho Real**, órgão que tomava decisões com o monarca; consolidou o exército permanente; proibiu as comunas de escolherem seus governantes; manteve e ampliou o mercantilismo; incentivou a criação de manufaturas e de companhias comerciais; e envolveu a França em vários conflitos externos visando assegurar suas fronteiras e a supremacia no comércio marítimo.

Para que não restassem dúvidas sobre seu poder, cunhou a expressão “**O Estado sou eu**”. Considerando-se representante de Deus, Luís XIV criou um culto à sua imagem e tornou-se conhecido como **Rei Sol**. Sua corte, de cerca de 6 mil pessoas, foi instalada no novo e luxuoso Palácio de Versalhes. As obras, a manutenção da corte e os inúmeros banquetes, bailes e cerimônias eram sustentados pelo tesouro público.

Absolutismo Inglês

Com o fim da **Guerra das Duas Rosas** (1455-1485), o trono inglês foi ocupado por Henrique VII (1485-1509), da família Tudor, ligado por laços familiares a ambas as casas que disputaram a guerra. Seria, porém, com seu filho que a monarquia inglesa se tornaria plenamente absolutista: **Henrique VIII** (1509-1547) rompeu com o papa para fundar a Igreja anglicana, subordinada diretamente a ele, e confiscou terras e outros bens da Igreja católica.

O apogeu do absolutismo inglês ocorreu no reinado da filha de Henrique VIII, **Elizabeth I** (1558-1603). A rainha criou uma rede de espionagem e só convocou o Parlamento em casos excepcionais. Também priorizou o mercantilismo, modernizou a frota marítima, incentivou a criação de companhias de comércio, promoveu o povoamento da colônia de Virgínia, na América do Norte, e adotou a pirataria como forma de acumular riquezas.

Como Elizabeth não deixou herdeiros, foi sucedida por seu primo, Jaime I (1603-1625), rei da Escócia. Defensor da teoria do direito divino dos reis, Jaime I perseguiu os puritanos (calvinistas), levando muitos deles a se refugiar na América do Norte. Quando o Parlamento se recusou a lhe conceder pensão vitalícia, o monarca o dissolveu. Seu sucessor, Carlos I (1625-1649), criou taxas alfandegárias para garantir o sustento da família real, impôs aos proprietários um empréstimo forçado Coroa e perseguiu de forma sistemática seus opositores.

Uma República Inglesa

Os constantes embates entre Carlos I e o Parlamento resultaram, em 1640, em uma longa guerra civil. Pequenos proprietários e setores da pequena nobreza rural e da burguesia organizaram um exército conhecido como cabeças redondas, devido ao corte de cabelo de seus integrantes.

Comandadas pelo puritano **Oliver Cromwell**, os rebeldes depuseram Carlos I em 1649, que acabou julgado e decapitado. Transformada em república e governada por Cromwell, a Inglaterra se tornou a maior potência naval da Europa. Em 1655, Cromwell dissolveu o Parlamento, passando a comandar uma ditadura até sua morte, em 1658. Apenas em 1660 a monarquia inglesa foi restaurada, sob Carlos II (1660-1685), filho de Carlos I.

Uma Monarquia Constitucional

Tanto Carlos II quanto seu sucessor, Jaime II (1685-1688), tentaram restabelecer o absolutismo. Em resposta, o Parlamento depôs Jaime II e entregou o trono ao príncipe holandês Guilherme de Orange, casado com Mary Stuart, filha do rei deposto. Coroado como Guilherme II em 1689, o rei comprometeu-se a cumprir a **Bill of Rights** (Declaração de Direitos) estabelecida pelo Parlamento.

A declaração garantia ao Parlamento o direito de votar leis, que o rei deveria acatar e respeitar. O absolutismo cedia lugar, assim, a uma monarquia constitucional. Por não ter envolvido batalhas, esse processo tornou-se conhecido como **Revolução Gloriosa**.

O Absolutismo na Rússia

Em 1547, na mesma época em que o absolutismo monárquico se consolidava na França, ascendia ao trono russo o jovem **Ivan IV**. Primeiro príncipe a se intitular **czar**, Ivan implantou um regime absolutista: subordinou a Igreja ao Estado, fortaleceu o Exército, estabeleceu relações comerciais com reinos ocidentais e submeteu a aristocracia ao seu poder.

Seus métodos truculentos lhe renderam o epíteto **Ivan, o Terrível**. No século XVIII, a Rússia tornou-se um império e foi governada diversas vezes por mulheres. A mais notável foi **Catarina II** (1762-1796), que promoveu uma grande expansão territorial, estreitou acordos comerciais e construiu uma imagem de patrona das artes.

RENASCIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E CIENTÍFICO

Humanismo e Racionalismo

A reativação do comércio e a maior circulação de dinheiro entre os séculos XI e XIV provocaram uma reforma educacional e a formação de escolas e universidades independentes do controle da Igreja, que se preocupava em formar teólogos, médicos e advogados³.

³ Azevedo, Gislane. História: passado e presente / Gislane Azevedo, Reinaldo Seriacopi. 1ª ed. São Paulo. Ática.

HISTÓRIA DO BRASIL

| | | |
|-----|---|----|
| 1. | Balaíada. | 01 |
| 2. | Guerra de Canudos. | 01 |
| 3. | Bandeirantes. | 01 |
| 4. | Brasil Colônia. | 01 |
| 5. | Brasil República. | 06 |
| 6. | Descobrimento do Brasil. | 11 |
| 7. | Capitanias Hereditárias. | 12 |
| 8. | Escravidão no Brasil. Abolição da Escravatura. | 12 |
| 9. | Guerra do Paraguai. | 14 |
| 10. | Índios do Brasil. | 14 |
| 11. | Invasão Holandesa no Brasil. | 16 |
| 12. | Guerra dos Emboabas. | 16 |
| 13. | Guerra dos Farrapos. | 16 |
| 14. | Independência do Brasil. | 17 |
| 15. | Era Vargas. | 20 |

BALAIADA

Balaiada

A Balaiada, agitação que tomou conta das Províncias do Maranhão e do Piauí, entre 1838 e 1841, reuniu a população pobre e os escravos contra as autoridades constituídas da própria província. Em agosto de 1839, seguiu para o Maranhão o Capitão Tenente Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré, nomeado comandante da Força Naval em operação contra os insurretos.

Após estudar a região, armou pequenas embarcações que, enviadas para diversos pontos dos principais rios maranhenses, combateriam os rebeldes isoladamente ou apoiariam forças em terra. A partir de 1840 e até o final da Balaiada, o Capitão-Tenente Joaquim Marques Lisboa atuaria em cooperação com o então Coronel Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, que comandava a Divisão Pacificadora do Norte, reunida para debelar a revolta. A união dos futuros patronos das forças singulares de mar e terra no combate à Balaiada simboliza uma situação recorrente em todos os conflitos internos durante a Regência e o Segundo Império: a atuação conjunta da Marinha e do Exército na manutenção da ordem constituída e da unidade do Império.

GUERRA DE CANUDOS

Guerra de Canudos

Antônio Vicente Mendes Maciel andava pelos sertões nordestinos pregando a fé católica. Tornou-se um beato conhecido como **Antônio Conselheiro** e passou a ser seguido por muitas pessoas. Em 1877, fixou-se com centenas delas no arraial de Canudos, um lugarejo abandonado no interior da Bahia, às margens do rio Vaza-Barris, ao qual renomearam Belo Monte. A comunidade cresceu rapidamente. Famílias, que fugiam da exploração dos latifundiários da região ou abandonavam suas terras de origem devido à seca, foram para Canudos.

Também foi o caso de jagunços, que serviam aos coronéis, mas haviam caído em desgraça. Estima-se que em poucos anos o arraial recebeu entre 20 e 30 mil pessoas pobres, em sua grande maioria, mas que em Canudos tinham ao menos uma casa para morar e terra para plantar.

Canudos tinha uma rígida organização social. No comando estava Antônio Conselheiro, também chamado de chefe, pastor ou pai. Doze homens, denominados apóstolos, assumiram as chefias dos setores de guerra, economia, vida civil, vida religiosa etc. O arraial contava com uma guarda especial formada pelos jagunços, chamada Companhia do Bom Jesus ou Guarda Católica. Havia também comerciantes.

Em 1896, um incidente alterou a paz do arraial. Comerciantes de Juazeiro não entregaram madeiras compradas por Conselheiro para a construção de uma nova igreja. Os jagunços se vingaram saqueando a cidade. Em resposta, o governador baiano enviou duas expedições punitivas a Canudos, ambas derrotadas pelos conselheiristas.

Denúncias de que Canudos e Antônio Conselheiro faziam parte de um amplo movimento que visava restaurar a monarquia no país chegavam nas capitais dos estados. A imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, sobretudo, insistia na existência de um complô monarquista. Na capital da República, estudantes, militares, escritores, jornalistas, entre outros grupos sociais, responsabilizavam o presidente Prudente de Moraes por não reprimir Canudos.

Nesse contexto foi então organizada uma terceira expedição, chefiada pelo coronel Moreira César, veterano na luta contra os federalistas gaúchos. Formada por 1.300 homens do Exército brasileiro e seis canhões, ela foi derrotada pelos conselheiristas, que mataram o coronel. O fato tomou proporções nacionais, e Canudos passou a ser visto como uma real ameaça à República. Formou-se, assim, uma quarta expedição, que contava com 10 mil homens. Em outubro de 1897, o arraial foi destruído e sua população, massacrada - mesmo aqueles que se renderam foram degolados.

BANDEIRANTES

A Ação dos Bandeirantes

Na América portuguesa, desde o século XVI os colonos foram os maiores adversários dos jesuítas. Preferiam, sempre que possível, obter escravos indígenas, mais baratos do que os africanos. No entanto, eram os chamados mamelucos, geralmente filhos de portugueses com índias, os oponentes mais diretos dos nativos. Os mamelucos eram homens que dominavam muito bem a língua nativa, chamada de "língua geral", conheciam os segredos das matas, sabiam como enfrentar os animais ferozes e, por isso, eram contratados para "caçar indígenas".

Muitas vezes negociavam com os chefes das aldeias a troca de prisioneiros por armas, cavalos e pólvora. Outras vezes capturavam escravos nas aldeias ou nos próprios aldeamentos dirigidos pelos missionários. Esses mamelucos integravam as expedições chamadas de bandeiras. Alguns historiadores diferenciam as bandeiras, expedições de iniciativas particulares, das entradas, patrocinadas pela Coroa ou pelos governadores.

Entretanto, os dois tipos de expedição se confundiam, seja nos objetivos, seja na composição de seus membros, embora o termo entrada fosse mais utilizado nos casos de repressão de rebeliões e de exploração territorial. Desde o século XVI, o objetivo principal das entradas e bandeiras era procurar riquezas no interior, chamado na época de sertões, e escravizar indígenas.

Os participantes dessas expedições eram, em geral, chamados de bandeirantes. Ao longo do século XVII, as expedições bandeirantes alargaram os domínios portugueses na América, que ultrapassaram a linha divisória estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas. No final do século XVII, os bandeirantes acabaram encontrando o tão cobiçado ouro na região depois conhecida como Minas Gerais.

BRASIL COLÔNIA

BRASIL COLÔNIA**Brasil: Primeiros Tempos**

Entre 1500 e 1530, além de enviarem algumas expedições de reconhecimento do litoral (**guarda-costas**), os portugueses estabeleceram algumas feitorias no litoral do Brasil, onde adquiram pau-brasil dos indígenas em troca de mercadorias como espelhos, facas, tesouras e agulhas¹.

¹ *História. Ensino Médio. Ronaldo Vainfas [et al.] 3ª edição. São Paulo. Saraiva.*

Tratava-se, portanto, de uma troca muito simples: o **escambo**, isto é, troca direta de mercadorias, envolvendo portugueses e indígenas. Os indígenas davam muito valor às mercadorias oferecidas pelos portugueses, a exemplo de tesouras ou facas, que eram rapidamente aproveitadas em seus trabalhos.

Mas, em termos de valor de mercado, o escambo era mais vantajoso para os portugueses, pois ofereciam mercadorias baratas, enquanto o pau-brasil alcançava excelente preço na Europa. Além disso, os indígenas faziam todo o trabalho de abater as árvores, arrumar os troncos e carregá-los até as feitorias. Não por acaso, os portugueses incluíam machados de ferro entre as ofertas, pois facilitavam imensamente a derrubada das árvores.

A exploração do pau-brasil, madeira valiosa para o fabrico de tinta vermelha para tecidos, foi reservada como monopólio exclusivo do rei, sendo, portanto, um produto sob regime de **estanco**. Mas o rei arrendava esse privilégio a particulares, como o comerciante **Fernando de Noronha**, primeiro contratante desse negócio, em 1501.

Capitanias Hereditárias e o Governo Geral

No início do século XVI, cerca de 65% da renda do Estado português provinha do comércio ultramarino. O monarca português transformou-se em um autêntico empresário, agraciando nobres e mercadores com a concessão de monopólios de rotas comerciais e de terras na Ásia, na África e na América.

Apesar da rentabilidade do pau-brasil, nas primeiras décadas do século XVI a importância do litoral brasileiro para Portugal era sobretudo estratégica. A frota da Índia, que concentrava os negócios portugueses, contava com escalas no Brasil para reparos de navios de reabastecimento de alimentos e água. A presença crescente de navegadores franceses no litoral, também interessados no pau-brasil, foi vista pela Coroa portuguesa como uma ameaça.

Na prática, disputavam o território com os portugueses, ignorando o **Tratado de Tordesilhas** (1494), pois julgavam um abuso esse acordo, fosse ele reconhecido ou não pelo papa. Tornou-se célebre a frase do rei francês Francisco I, dizendo desconhecer o “testamento de Adão” que dividia o mundo entre os dois reinos ibéricos.

Capitanias Hereditárias

Para preservar a segurança da rota oriental, os portugueses organizaram a colonização do Brasil. A solução adorada por D. João III, em 1532, foi o sistema de **capitanias hereditárias**, que já havia sido utilizado na colonização do arquipélago da Madeira.

O litoral foi dividido em capitanias, concedidas, em geral, a cavaleiros da pequena nobreza que se destacaram na expansão para a África e para a Índia. Em suas respectivas capitanias, os donatários ficavam incumbidos de representar o rei no que se referia à defesa militar do território, ao governo dos colonos, à aplicação da justiça e à arrecadação dos impostos, recebendo, em contrapartida, privilégios particulares.

Os direitos e deveres dos donatários eram fixados na **carta de doação**, complementada pelos **forais**. Em recompensa por arcar com os custos da colonização, os donatários recebiam vasta extensão de terras para sua própria exploração, incluindo o direito de transmitir os benefícios e o cargo a seus herdeiros.

Além disso, eram autorizados a receber parte dos impostos devidos ao rei, em especial 10% de todas as rendas arrecadadas na capitania e 5% dos lucros derivados da exploração do pau-brasil.

Outra atribuição dos capitães era a distribuição de terras aos colonos que as pudessem cultivar, o que se fez por meio da concessão de sesmarias, cujos beneficiários ficavam obrigados a cultivar a terra em certo período ou a arrendá-la. No caso das terras concedidas permanecerem incultas, a lei estabelecia que estas deveriam

ser confiscadas e retornar ao domínio da Coroa. Mas não foi raro, no Brasil, burlar-se essa exigência da lei, de modo que muitos colonos se assenhoravam de vastas terras, mas só exploravam parte delas.

O regime de capitanias hereditárias inaugurou no Brasil um sistema de tremenda confusão entre os interesses públicos e particulares, o que, aliás, era típico da monarquia portuguesa e de muitas outras desse período.

D. João III estabeleceu o sistema de capitanias hereditárias com o objetivo específico de povoar e colonizar o Brasil. Com exceção de **São Vicente** e **Pernambuco**, as demais capitanias não prosperaram. Em 1548, o rei decidiu criar o Governo-geral, na Bahia, com vistas a centralizar a administração colonial.

Governo Geral

Foi por meio das sesmarias que se iniciou a economia açucareira no Brasil, difundindo-se as lavouras de cana-de-açúcar e os engenhos. Embora tenha começado em São Vicente, ela logo se desenvolveu em Pernambuco, capitania mais próspera no século XVI.

As demais fracassaram ou mal foram povoadas. Várias delas não resistiram ao cerco indígena, como a do Espírito Santo. Na Bahia, o donatário Francisco Pereira Coutinho foi devorado pelos tupinambás. Em Porto Seguro, o capitão Pero do Campo Tourinho acabou se indispondo com os colonos e enviado preso a Lisboa.

A Coroa portuguesa percebeu as deficiências desse sistema ainda no século XVI e reincorporou diversas capitanias ao patrimônio real, como capitanias da Coroa. Constatou também que muitos donatários não tinham recursos nem interesse para desbravar o território, atrair colonos e vencer a resistência indígena. Assim, a partir da segunda metade do século XVI, a Coroa preferiu criar capitanias reais, como a do Rio de Janeiro. Algumas delas foram mantidas como particulares e hereditárias, como a de Pernambuco.

Porém, a maior inovação foi a criação do **Governo-geral**, em 1548, com o objetivo de centralizar o governo da colônia, coordenando o esforço de defesa, fosse contra os indígenas rebeldes, fosse contra os navegadores e piratas estrangeiros, sobretudo franceses, que acoassavam vários pontos do litoral. A capitania escolhida para sediar o governo foi a Bahia, transformada em capitania real.

Tomé de Souza, primeiro governador do Brasil, chegou à Bahia em 1549 e montou o aparelho de governo com funcionários previstos no **Regimento do Governo-geral**: o **capitão-mor**, encarregado da defesa militar, o **ouvidor-mor**, encarregado da justiça; o **provedor-mor**, encarregado das finanças; e o **alcaide-mor**, incumbido da administração de Salvador, capital do então chamado Estado do Brasil.

No mesmo ano, chegaram os primeiros jesuítas, iniciando-se o processo de evangelização dos indígenas, sendo criado, ainda, o primeiro bispado da colônia, na Bahia, com a nomeação do bispo D. Pero Fernandes Sardinha.

A implantação do Governo-geral, a criação do bispado baiano e a chegada dos missionários jesuítas foram, assim, processos articulados e simultâneos. Por outro lado, a Bahia passou a ser importante foco de povoamento, tornando-se, ao lado de Pernambuco, uma das principais áreas açucareiras da América portuguesa.

Disputas Coloniais

Nos primeiros trinta anos do século XVI, os grupos indígenas do litoral não sofreram grande impacto com a presença dos europeus no litoral, limitados a buscar o pau-brasil. E certo que franceses e portugueses introduziram elementos até então estranhos à cultura dos tupis, como machados e facas, entre outros. Mas isso não alterou substancialmente as identidades culturais nativas.

A partir dos anos 1530, franceses e portugueses passaram a disputar o território e tudo mudou. A implantação do Governo-geral português na Bahia, em 1549, não inibiu tais iniciativas. Mas foi

na segunda metade do século XVI que ocorreu a mais importante iniciativa de **ocupação francesa**, do que resultou a fundação da **França Antártica**, na baía da Guanabara.

França Antártica

Por volta de 1550, o cavaleiro francês Nicolau Durand de Villegagnon concebeu o plano de estabelecer uma colônia francesa na baía da Guanabara, com o objetivo de criar ali um refúgio para os **huguenotes** (como eram chamados os protestantes), além de dar uma base estável para o comércio de pau-brasil. O lugar ainda não tinha sido povoado pelos portugueses.

Villegagnon recebeu o apoio do huguenote Gaspard de Coligny, almirante que gozava de forte prestígio na corte francesa. A ideia de conquistar um pedaço do Brasil animou também o cardeal de Lorena, um dos maiores defensores da Contrarreforma na França e conselheiro do rei Henrique II.

O projeto de colonização francesa nasceu, portanto, marcado por sérias contradições de uma França dilacerada por conflitos políticos e religiosos. Uns desejavam associar a futura colônia ao calvinismo, enquanto outros eram católicos convictos. Henrique II, da França, apoiou a iniciativa e financiou duas naus armadas com recursos para o estabelecimento dos colonos. Villegagnon aportou na Guanabara em novembro de 1555 e fundou o Forte Coligny para repelir qualquer retaliação portuguesa. O fator para o êxito inicial foi o apoio recebido dos tamoios, sobretudo porque os franceses não escravizavam os indígenas nem lhes tomavam as terras.

Conflitos Internos

A colônia francesa era carente de recursos e logo se viu atormentada pelos conflitos religiosos herdados da metrópole. Os colonos chegavam a se matar por discussões sobre o valor dos sacramentos e do culto aos santos, gerando revoltas e punições exemplares.

Do lado português, **Mem de Sá**, terceiro governador-geral desde 1557, foi incumbido de expulsar os franceses da baía da Guanabara, região considerada estratégica para o controle do Atlântico Sul. Em 1560, as tropas de Mem de Sá tomaram o Forte Coligny, mas a resistência francesa foi intensa, apoiada pela coalizão indígena chamada **Confederação dos Tamoios**.

As guerras pelo território prosseguiram até que **Estácio de Sá**, sobrinho do governador, passou a comandar a guerra de conquista contra a aliança franco-tamoia. Aliou-se aos temiminós, liderados por **Arariboia**, inimigos mortais dos tamoios. A guerra luso-francesa na Guanabara foi também uma guerra entre temiminós e tamoios, razão pela qual cada grupo escolheu alianças com os oponentes europeus.

Em 12 de março de 1565, em meio a constantes combates, foi fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Seu governo foi confiado a Estácio de Sá, morto por uma flecha envenenada em 20 de janeiro de 1567, mesmo ano em que os portugueses expulsaram os franceses do Rio de Janeiro. Os tamoios, por sua vez, foram massacrados pelos temiminós, cujo chefe, Arariboia, foi presenteado com terras e títulos por seus serviços ao rei de Portugal.

França Equinocial

Derrotados na Guanabara, os franceses tentaram ocupar outra parte do Brasil, no início do século XVII. Desta vez o alvo foi a capitania do Maranhão. Confiou-se a tarefa a **Daniel de la Touche**, senhor de La Ravardiére, que foi acompanhado de dois frades capuchinhos que se tornaram famosos: Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, autores de crônicas importantes sobre o Maranhão.

Em 1612, os franceses fundaram a **França Equinocial** e nela construíram o Forte de São Luís. Mas também ali houve disputas internas e falta de recursos para manter a conquista. Os portugue-

ses tiraram proveito dessa situação, liderados por Jerônimo de Albuquerque. À frente de milhares de soldados, incluindo indígenas, ele moveu campanha contra os franceses em 1613 e finalmente os derrotou em 1615, tomando o Forte de São Luís.

Os Jesuítas

A catequese dos indígenas foi um dos objetivos da colonização portuguesa, embora menos importante do que os interesses comerciais. No entanto, a crescente resistência indígena ao avanço dos portugueses e a aliança que muitos grupos estabeleceram com os franceses fizeram a Coroa perceber que, sem a "pacificação" dos nativos, o projeto colonizador estaria ameaçado.

Assim, em 1549, desembarcaram os primeiros jesuítas, liderados por Manoel da Nóbrega, incumbidos de transformar os "gentios" em cristãos. A **Companhia de Jesus** era a ordem religiosa com maior vocação para essa tarefa, pois seu grande objetivo era expandir o catolicismo nas mais remotas partes do mundo. Desde o início, os jesuítas perceberam que a tarefa seria difícil, pois os padres tinham de lidar com povos desconhecidos e culturas diversas.

A solução foi adaptar o catolicismo às tradições nativas, começando pelo aprendizado das línguas, procedimento que os jesuítas também utilizaram na China, na Índia e no Japão. Com esse aprendizado, os padres chegaram a elaborar uma gramática que preparava os missionários para a tarefa de evangelização. José de Anchieta compôs, por volta de 1555, uma gramática da língua tupi, que era a língua mais falada pelos indígenas do litoral. Por essa razão, o tupi acabou designado como "língua geral".

As Missões

Havia a necessidade de definir onde e como realizar a catequese. De início, os padres iam às aldeias, onde se expunham a enormes perigos. Nessa tentativa, alguns até morreram devorados pelos indígenas.

Em Outros casos, eles tinham de enfrentar os pajés, aos quais chamavam feiticeiros, guardiões das crenças nativas. Para contornar tais dificuldades, os jesuítas elaboraram um "plano de aldeamento", em 1558, cujo primeiro passo era trazer os nativos de suas malocas para os aldeamentos da Companhia de Jesus dirigidos pelos padres. Os jesuítas entendiam que, para os indígenas deixarem de ser gentios e se transformarem em cristãos, era preciso deslocá-los no espaço: levá-los da aldeia tradicional para o aldeamento colonial.

Foi esse o procedimento que deu maiores resultados. Esta foi uma alteração radical no método da catequese, com grande impacto na cultura indígena. Os aldeamentos foram concebidos pelos jesuítas para substituir as aldeias tradicionais. Os padres realizaram o grande esforço de traduzir a doutrina cristã para a cultura indígena, estabelecendo correspondências entre o catolicismo e as tradições nativas.

Foi assim, por exemplo, que o deus cristão passou a ser chamado de Tupã (trovão, divinizado pelos indígenas). A doutrinação colheu melhores resultados com as crianças, já que ainda não conheciam bem as tradições tupis. A encenação de peças teatrais para a exaltação da religião cristã - os autos jesuíticos - foi importante instrumento pedagógico. Os autos mobilizavam as crianças como atores ou membros do coro.

Mas os indígenas resistiram muito à mudança de hábitos. Os colonos, por sua vez, queriam-nos como escravos para trabalhar nas lavouras. Os jesuítas lutaram, desde cedo, contra a escravização dos indígenas pelos colonos portugueses, alegando que o fundamental era doutriná-los, e assim conseguiram do rei várias leis proibindo o cativo indígena.

Sociedade Colonial X Jesuítas

No século XVI, os jesuítas perderam a luta contra os interesses escravistas. No século XVII, porém, organizaram melhor as missões, sobretudo no Maranhão e no Pará, e afastaram os aldeamentos dos núcleos coloniais para dificultar a ação dos apressadores.

Defenderam com mais vigor a “liberdade dos indígenas”, no que se destacou **Antônio Vieira**, principal jesuíta português atuante no Brasil e autor de inúmeros sermões contra a cobiça dos senhores coloniais. Embora condenassem a escravização indígena, os jesuítas sempre defenderam a escravidão africana, desde que os senhores tratassem os negros com brandura e cuidassem de prover sua Instrução no cristianismo.

Assim os jesuítas conseguiram conciliar os objetivos missionários com os interesses mercantis da colonização. Expandiram seus aldeamentos por todo o Brasil, desde o sul até a região amazônica. Na segunda metade do século XVIII, a Companhia de Jesus era uma das mais poderosas e ricas instituições da América portuguesa.

União Ibérica e Brasil Holandês

Em 1578, o jovem rei português D. Sebastião partiu à frente de numeroso exército para enfrentar o xarife do Marrocos na famosa Batalha de Alcácer-Quibir. Perdeu a batalha e a vida. Como era solteiro e não tinha filhos, a Coroa passou para seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, que morreu dois anos depois.

Felipe II, rei da Espanha, cuja mãe era tia-avó de D. Sebastião, reivindicou a Coroa e mandou invadir Portugal, sendo aclamado rei com o título de Felipe I. Portugal foi unido à Espanha sob o governo da dinastia dos Habsburgos, iniciando-se a União Ibérica, que duraria 60 anos (1580-1640).

Durante esse período de dominação filipina, ocorreram modificações importantes na colônia. Em 1609, foi criado o Tribunal da Relação da Bahia, o primeiro tribunal de justiça no Brasil. No mesmo ano, uma lei reafirmou a proibição do cativo indígena. Em 1621, houve a divisão do território em dois Estados: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, este último mais tarde chamado de Estado do Grão-Pará e Maranhão, subordinado diretamente a Lisboa.

Outra inovação foram as visitas da Inquisição, realizadas para averiguar a fé dos colonos, sobretudo a dos cristãos-novos, descendentes de judeus e suspeitos de conservar as antigas crenças em segredo.

Nesse período, da União Ibérica, as fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Tordesilhas foram atenuadas, uma vez que Portugal passou a pertencer à Espanha. Por meio dos avanços dos bandeirantes, os limites do Brasil se expandiram para oeste, norte e sul. Mas com essa união Portugal acabou herdando vários inimigos dos espanhóis, dentre eles os holandeses. E não tardou muito para que a atenção deles se voltasse para as prósperas capitanias açucareiras do Brasil.

Um Governo Holandês

A investida dos holandeses contra o Brasil era previsível. Amsterdã tinha se tornado o centro comercial e financeiro da Europa e se preparava para atingir o Atlântico e o Índico. Antes da União Ibérica, os portugueses haviam se associado aos holandeses no comércio do açúcar. O Brasil produzia o açúcar, Portugal o comprava em regime de monopólio, vendendo-o à Holanda, que o revendia na Europa.

A Espanha, inimiga da Holanda, jamais permitiria a continuidade desse negócio. Em 1602, os holandeses fundaram a **Companhia das Índias Orientais**, que conquistaria diversos territórios hispano-portugueses no oceano Índico. Em 1621, fundaram a Companhia das Índias Ocidentais para atuar no Atlântico, cuja missão principal era conquistar o Brasil. Em 1624, os holandeses atacaram a Bahia,

sede do governo do Brasil. Conquistaram Salvador, mas não conseguiram derrotar a resistência baiana, sendo expulsos da cidade no ano seguinte.

Em 1630, foi a vez de Pernambuco, a capitania mais rica na produção de açúcar. Os holandeses conquistaram Olinda e Recife sem dificuldade, obrigando o governador a retirar sua milícia. Tomaram Itamaracá, em 1632, o Rio Grande do Norte, em 1633, e a Paraíba, no final de 1634. Mais tarde, eles ainda tomariam o Ceará e parte do Maranhão, estabelecendo o controle sobre a maior parte do litoral nordestino. Na medida em que avançavam, muitos luso-brasileiros desertavam ou passavam para o lado holandês.

O mais célebre deles foi Domingos Fernandes Calabar, que atuou como guia dos holandeses, em 1632, pois conhecia bem os caminhos de Pernambuco. Caiu prisioneiro dos portugueses, em 1635, e foi condenado à morte - estrangulado e depois esquartejado, como exemplo de traidor. Muitos outros, porém, fizeram o mesmo e saíram ilesos.

As primeiras ações da Holanda foram violentas, incluindo saque de igrejas e destruição das imagens de santos. Afinal, os holandeses eram calvinistas e repudiavam o catolicismo.

Em 1635, com a conquista consolidada, os holandeses perceberam que, sem o apoio da população local, a dominação seria inviável. Assim, a primeira medida foi a de estabelecer a tolerância religiosa, admitindo-se os cultos católicos e a permanência dos padres, com a exceção dos jesuítas, que foram expulsos.

A segunda medida foi oferecer empréstimos aos senhores locais ou leiloar os engenhos cujos donos tinham fugido. Em 1637, com a chegada do conde João Maurício de Nassau, nomeado pela Companhia das Índias Ocidentais, inaugurou-se uma nova fase na história da dominação holandesa. Ele chegou ao Recife e determinou a realização de inúmeras obras, como a construção da Cidade Maurícia, na outra banda do rio Capibaribe, onde foi erguido um palácio e criado um jardim botânico.

Patrocinou a vinda de artistas holandeses, que retrataram a paisagem e a vida colonial como nunca até então se havia feito no Brasil. Mas o governo de Nassau não deixou de ampliar as conquistas territoriais da Companhia das Índias. Logo em 1637 ordenou a captura da feitoria africana de São Jorge da Mina, no golfo de Benin, e anexou o Sergipe.

Em 1638, lançou-se à conquista da Bahia, que resistiu novamente com bravura e não caiu. Em 1641, tomou o Maranhão e, no mesmo ano, invadiu a cidade de Luanda, em Angola. Os holandeses passaram, então, a controlar o tráfico atlântico de escravos.

Tolerância Religiosa

Foi no chamado **período nassoviano** que os judeus portugueses residentes em Amsterdã (ali estabelecidos para escapar às perseguições da Inquisição) foram autorizados a imigrar para Pernambuco. Um grupo estimado em, no mínimo, 1500 judeus fixou-se em Pernambuco e na Paraíba entre 1637 e 1644.

Fundaram uma sinagoga no Recife a primeira Sinagoga das Américas - e fizeram campanha junto aos cristãos-novos da Colônia para que abandonassem o catolicismo, regressando à religião de seus antepassados. Muitos atenderam a esse apelo; outros preferiram permanecer cristãos.

Os judeus portugueses foram muito importantes para a dominação holandesa no nordeste açucareiro, sobretudo na distribuição de mercadorias importadas e de escravos. Também se destacaram como corretores, intermediando negócios em troca de um percentual sobre o valor das transações. O fato de os judeus do Recife falarem português e holandês foi decisivo para que alcançassem esse importante papel na economia regional.

Restauração Pernambucana

Em 1640, durante a ocupação de Pernambuco pelos holandeses, Portugal conseguiu se livrar do domínio espanhol com a ascensão ao trono de D. João IV, da dinastia de Bragança. O rei tentou negociar com os holandeses a devolução dos territórios conquistados no tempo em que Portugal estava submetido aos espanhóis, mas os holandeses não cederam.

Em 1644, após Nassau voltar à Holanda, os colonos do Brasil resolveram enfrentar os holandeses. Motivo: os preços do açúcar vinham declinando desde 1643, e os senhores de engenho e os lavradores de cana estavam cada vez mais endividados com a Companhia das Índias Ocidentais. Em 13 de junho de 1645, iniciou-se a chamada Insurreição Pernambucana.

João Fernandes Vieira era o líder dos rebeldes e um dos maiores devedores dos holandeses. André Vidal de Negreiros era o segundo no comando dos rebeldes. Os indígenas potiguares, liderados por Felipe Camarão, e a milícia de negros forros, liderada por Henrique Dias, uniram esforços contra os holandeses. Essa aliança produziu o mito de que a guerra contra o invasor holandês “uniu as três raças formadoras da nação brasileira”, sobretudo entre os historiadores do século XIX.

No entanto, houve indígenas lutando nos dois lados. Entre os potiguares, por exemplo, Pedro Poti - primo de Filipe Carnarão - lutou do lado holandês. Entre os africanos, nunca houve tantas fugas em Pernambuco como nesse período, o que encorpou a população dos quilombos de Palmares. Nessa ocasião, partindo do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá reconquistou Angola, em 1648, rompendo o controle holandês sobre o tráfico africano. A economia pernambucana sob domínio da Holanda viu-se em crescente dificuldade para obter escravos.

Em 1649, os rebeldes pernambucanos alcançaram vitória decisiva na segunda **Batalha dos Guararapes**. Em 1654, tornaram o Recife e expulsaram de vez os holandeses do Brasil. Em 1661, Portugal e Países Baixos assinaram um tratado de paz, em **Haia**, pelo qual os portugueses se comprometeram a pagar uma pesada indenização aos holandeses em dinheiro, açúcar, tabaco e sal.

A Guerra de Palmares

Durante o domínio holandês em Pernambuco, começaram a se formar os quilombos de Palmares, núcleo da maior revolta de escravos da história do Brasil. Palavra de origem banto - tronco linguístico do idioma falado em Angola - quilombo significa acampamento ou fortaleza.

Foi o termo que os portugueses utilizaram para designar as comunidades de africanos fugidos da escravidão. O incremento do tráfico africano para a região, a partir da conquista holandesa de Angola, em 1641, foi o principal fator para o aumento das fugas e o crescimento quilombos. Localizado na serra da Barriga, no estado de Alagoas (na época pertencia a Pernambuco), Palmares cresceu muito na segunda metade do século XVII. Estima-se que chegou a possuir dez fortes ou mocambos, com cerca de 20 mil quilombolas. Eles viviam da caça, coleta e agricultura de milho e feijão, realizada em roçados familiares utilizando um sistema de trabalho cooperativo.

Os excedentes agrícolas eram vendidos nas vilas próximas. Frequentemente atacavam os engenhos e roubavam escravos, em especial mulheres. Por vezes, assaltavam aldeias indígenas em busca de mulheres e alimentos. Alguns historiadores viram em Palmares um autêntico Estado africano recriado no Brasil para combater a sociedade escravista dominante. Mas há exagero nessa ideia, embora seja inegável a organização política dos quilombos, inspirada no modelo das fortalezas africanas. Exatamente por serem naturais de sociedades africanas em que a escravidão era generalizada, os principais dirigentes do quilombo possuíam escravos, reeditando a escravidão praticada na África.

Os líderes de Palmares lutavam pela própria liberdade, mas não pelo fim da escravidão. De todo modo, o crescimento de Palmares levou as autoridades coloniais a multiplicar expedições repressivas. Todas fracassaram, repelidas por Ganga Zumba, grande chefe dos quilombolas. Em 1678, o governador de Pernambuco propôs um acordo ao chefe dos palmarinos. Em troca da paz, Ganga Zumba obteve a alforria para os negros de Palmares, a concessão de terras em Cuaçu (norte de Alagoas) e a garantia de prosseguirem o comércio com os vizinhos.

Comprometeu-se, porém, a devolver todos os escravos que dali em diante fugissem para o quilombo.

O acordo dividiu os quilombolas, e Ganga Zumba foi assassinado pelo grupo que rejeitou os termos desse acordo, desconfiando das intenções do governo colonial. Prosseguiu, assim, a guerra dos palmarinos, agora liderada por Zumbi. A resistência quilombola foi grande, mas acabou sucumbindo em 1695, derrotada pelas tropas do bandeirante Domingos Jorge Velho. Em 20 de novembro de 1695, Zumbi foi degolado e sua cabeça, enviada como troféu para Recife - o maior triunfo da sociedade escravista no Brasil colonial.

Economia Mineradora

O fim da União Ibérica em 1640 e a conseqüente ascensão ao poder da dinastia de Bragança criaram mais problemas do que soluções para Portugal. Além de enfrentar uma longa guerra contra a Espanha, que se prolongou, com enorme custo, até 1668, os portugueses foram obrigados a pagar indenizações à Holanda depois da vitória na Insurreição Pernambucana, em 1654, sob o risco de suas colônias e navios serem atacados pela poderosa marinha flamenga.

A situação se agravou na segunda metade do século XVII. Apesar da recuperação das capitâncias açucareiras do Brasil, os portugueses tiveram de conviver com a concorrência do açúcar produzido nas Antilhas inglesas, francesas e holandesas. Os mercadores holandeses, por exemplo, eram os maiores distribuidores do açúcar na Europa e, obviamente, priorizaram a mercadoria de suas ilhas caribenhas depois de expulsos do Brasil. Na década de 1690, um fato espetacular mudou totalmente esse quadro de penúria: a descoberta de uma quantidade até então nunca vista de ouro de aluvião no interior do Brasil, numa região que passou a ser conhecida como Minas Gerais.

Uma onda impressionante de aventureiros do Brasil e de Portugal se dirigiu para o lugar em busca do metal precioso que, de tão abundante, parecia inesgotável. Os bandeirantes paulistas estavam acostumados, desde o século XVI, a armar expedições ao interior do território para escravizar indígenas, e foram eles os responsáveis pela descoberta do ouro. Os paulistas solicitaram o monopólio das explorações, não sendo atendidos. Não puderam controlar a entrada dos **emboabas** (estrangeiros), como eram denominados pelos paulistas os portugueses vindos do reino e os que chegavam de outras capitâncias.

Em 1707, estourou a chamada **Guerra dos Emboabas**, que durou até 1709, com a derrota dos paulistas. Para melhorar a arrecadação dos impostos e submeter a população, em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro separada da capitania do Rio de Janeiro. Surgiram vilas e outros núcleos urbanos para receber a burocracia administrativa e o aparelho fiscal.

Apesar de vencidos e, num primeiro momento, expulsos das áreas de conflito (vales do rio das Velhas e do rio das Mortes), o fato era que somente os paulistas tinham experiência em encontrar jazidas de ouro.

Foram formalmente perdoados pelo governador da nova capitania, o Conde de Assumar, em 1717. Os dirigentes metropolitanos não só reconheciam sua competência nas explorações, mas também avaliavam que somente com eles não era possível organizar estabelecimentos fortes e duradouros. Logo que se esgotava uma

GEOGRAFIA GERAL

| | |
|--|----|
| 1. Hidrografia..... | 01 |
| 2. Mapas | 05 |
| 3. África. América do Norte. América Central. América do Sul. Ásia | 12 |
| 4. Geopolítica | 21 |
| 5. Geografia Física..... | 23 |
| 6. Produção e Consumo de Energia..... | 27 |
| 7. Minerais Metálicos | 30 |

HIDROGRAFIA

A Hidrografia estuda a distribuição das águas pelo Planeta Terra, a formação de lagos, rios, oceanos e mares, além de analisar as formas de usos deste elemento pelos seres humanos. Esta área da geografia física busca compreender ainda as formações geológicas desenvolvidas a partir dos percursos dos rios, a distribuição das águas doces e a morfologia dos mares.

Cerca de 70% da superfície terrestre é recoberta por água. A hidrografia torna-se, assim, relevante para desenvolver projetos de conservação de bacias hidrográficas, para o planejamento dos recursos hídricos e também para o desenvolvimento de projetos de instalação de hidrelétrica com base no potencial hídrico de uma região.

Conheça agora os principais conceitos usados pela hidrografia, a definição de bacia hidrográfica e as principais bacias do Brasil.

Principais conceitos da hidrografia

O estudo da hidrografia envolve diversos conceitos. Antes de entender o que é uma bacia hidrografia é preciso entender essas definições. Conheça alguns:

- Oceano: são os corpos d'água de grande extensão na Terra. A profundidade de um oceano pode chegar até 11 mil metros. Os três oceanos do planeta são o Índico, Atlântico e Pacífico;
- Mar: menores extensões de água. A profundidade vai até mil metros. O mar do Caribe, o mar Negro e o mar Mediterrâneo são alguns exemplos;
- Rio: é um tipo de água continental que percorre longas distâncias e chega até uma foz. Fornece água para atividades humanas e é fonte de alimento para a população;
- Margem: são as partes da terra não alagada mais próxima dos rios. É dividida em margem direita e esquerda, sendo o sentido do rio a referência;
- Nascente: cabeceira ou olho-d'água é o local onde um rio inicia;
- Leito: parte que a água do rio ocupa. Estende-se da nascente até a foz.

Tipos de rios

Os rios podem ser classificados pela forma de escoamento da água e serão:

- Rios intermitentes: também chamados de temporários, são os rios que correm em certo período do ano e depois secam. Esse fator pode ser causado por fatores naturais ou ação antrópica;
- Rios perenes: são os rios que correm durante todo ano e não apresentam períodos de seca. Às vezes recebe volume de águas de outros rios;
- Rios efêmeros: são os que se manifestam em épocas de chuvas intensas. São pouco comuns.

Bacia hidrográfica

Uma Bacia Hidrográfica é uma área onde é drenado um rio principal e seus fluentes. Dentro dessa região, as águas da chuva, montanhas, de outros rios e subterrâneas escoam em uma certa direção. Os divisores de água são fronteiras que separam uma bacia da outra.

Todo rio faz parte de uma bacia e alguns deles desaguam em outros rios, criando uma bacia hidrográfica maior. As bacias são classificadas pela sua grandeza que leva em conta os rios principais e seus afluentes.

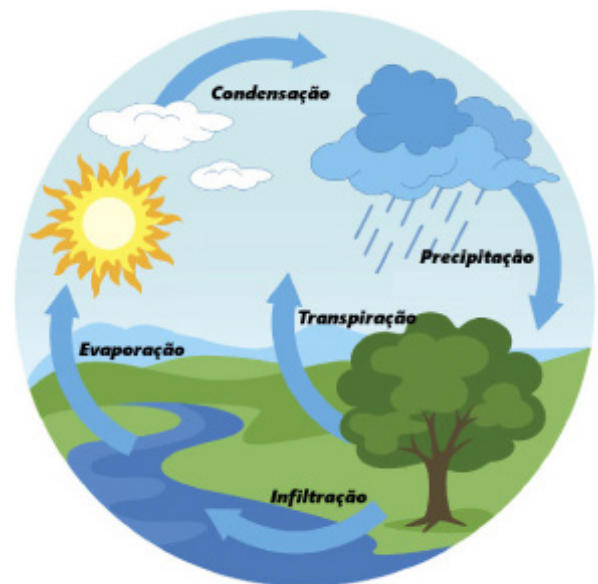
Ciclo da água

O ciclo da água é o processo de transformação da água na natureza, passando de um estado físico para outro. Ele ocorre por meio dos processos de evaporação, condensação, precipitação, infiltração, transpiração e também pela transpiração dos seres vivos.

O ciclo da água na natureza é fundamental para a manutenção da vida no planeta Terra, uma vez que ele vai determinar a variação climática e influenciar o nível dos rios, lagos, mares, oceanos.

A água presente nos rios, lagos, e etc, evapora e forma as nuvens na atmosfera. Quando as nuvens ficam sobrecarregadas, atingem altitudes maiores e a temperatura diminui, a água volta para a superfície da Terra através das chuvas. Esta água vai então para os oceanos, rios e lagos. Depois, a água evapora novamente, completando o ciclo.

Passo a passo do Ciclo da Água



1. Evaporação

O calor do sol aquece a água dos rios, lagos, mares e oceanos fazendo com que aconteça o fenômeno da Evaporação. Ocorre então a transformação do estado líquido da água para o estado gasoso, à medida que ela vai da superfície da Terra para a atmosfera.

2. Condensação

O vapor da água esfria, se acumula na atmosfera e se condensa na forma de gotículas que irão formar as nuvens ou nevoeiros. Ocorre então o processo de Condensação, que é a transformação do estado gasoso da água para o estado líquido. As nuvens na atmosfera são, na verdade, gotículas de água líquida suspensas no ar.

3. Precipitação

Com muita água condensada na atmosfera, se inicia o processo de Precipitação, onde as gotículas suspensas no ar se tornam pesadas e caem no solo na forma de chuva. Em regiões muito frias, a água condensada passa do estado gasoso para o líquido e rapidamente para o estado sólido, formando a neve ou o granizo.

4. Infiltração

Quando o vapor de água condensado cai sobre a superfície terrestre, ocorre a Infiltração de uma parte dessa água que vai alimentar os lençóis subterrâneos.

5. Transpiração

Parte da água que se infiltrou no solo pode ser absorvida pelas plantas que, depois de utilizá-la, a devolvem à atmosfera por meio do processo de Transpiração.

A água também pode evaporar ou escoar sobre o solo e abastecer os rios que deságuam em mares e oceanos, reiniciando todo o processo do ciclo da água.

Aproveite e estude com o simulado do Beduka. Ele conta com questões de edições passadas do ENEM, e o melhor: é gratuito!

Oceanos

Os oceanos são grandes extensões de água salgada que ocupam as depressões da superfície da Terra. A oceanografia é a ciência específica que estuda os oceanos e suas características.

A teoria do aparecimento dos oceanos está diretamente ligada à formação da atmosfera no período pré-cambriano.

O planeta neste período encontrava-se muito quente e o vapor da água presente na atmosfera deu origem então a um grande volume de chuvas, que se acumularam nas áreas mais baixas do relevo.

Importância dos oceanos

Os oceanos são extremamente importantes para o planeta, pois a vida se originou neles. São eles os grandes produtores de oxigênio, fato este que ocorre através das microalgas oceânicas, também regulam a temperatura do planeta, interferem na dinâmica atmosférica e diferenciam tipos climáticos. Os oceanos também são uma importante via de transporte.

A biodiversidade encontrada nos oceanos é riquíssima e equivalente a de ecossistemas terrestres. Além disso, é uma fonte de extração de minerais e destino dos que procuram turismo e lazer.

Os cinco oceanos

Ainda que sejam interligados, os oceanos não realizam grande troca de água entre eles. Isso ocorre porque as águas que compõem cada um dos oceanos possui características próprias, como temperatura, insolação solar, salinidade (quantidade de sais dissolvidos na água) e movimentos das ondas, marés e correntes marítimas.

Sendo assim, os oceanos, ou seja, a imensa massa de água salgada que cobre o planeta Terra, foram divididos em cinco porções:

- Oceano Antártico
- Oceano Ártico
- Oceano Atlântico
- Oceano Índico
- Oceano Pacífico

Oceano Antártico

Oceano Antártico, também conhecido como Oceano Austral, é o nome dado ao conjunto das águas que banham o Continente Antártico.

Fazem parte deste conjunto o mar de Amundsen, o mar de Bellingshausen, parte da passagem de Drake, o mar de Ross e o mar de Weddell.

Muitos especialistas, oceanógrafos e geógrafos, não reconhecem a existência do Oceano Antártico, considerando-o apenas como um prolongamento das águas dos oceanos Pacífico, Atlântico e Índico.

O oceano Antártico é o único que circunda o globo terrestre de forma completa. Possui uma superfície de 20.327.000 km². Seu tamanho foi calculado, tendo como base os limites constituídos pelo "Tratado da Antártida" (Tratado firmado por diversos países no ano de 1956 onde estabelece a Antártida como território internacional para fins pacíficos e de pesquisa).

Os recursos naturais do Oceano Antártico ainda não têm sido explorados, entretanto sabe-se da existência de grandes jazidas de petróleo e gás natural nas proximidades do continente antártico e

de depósitos de manganês. O gelo que cobre a Antártida é a maior reserva de água doce do mundo: representando aproximadamente 81% do total.

O Oceano Antártico possui grande biodiversidade. Sua fauna possui pinípedes (pinguins, focas, leões-marinhos e morsas), cetáceos, cianobactérias, fitoplâncton e krill, que servem de alimento para os animais maiores. A Antártida não possui flora terrestre, sendo a sua única composição vegetal feita por algas marinhas e outros organismos autótrofos.

Oceano Ártico

O Oceano Ártico corresponde ao conjunto de águas congeladas localizadas nas proximidades do círculo Polar Ártico, no extremo norte do planeta. Ocupa uma área de aproximadamente 21 milhões de quilômetros quadrados.

O Ártico é coberto por banquisas que correspondem a um enorme volume de águas congeladas e, por esta razão, recebe também o nome de Mar Glacial Ártico.

Do Oceano Ártico fazem parte os territórios como a Federação Russa, Alasca, Canadá, Groenlândia, Islândia e península Escandinava.

As águas do Ártico são oriundas do Oceano Atlântico e do Pacífico, oceanos estes que são integrados por meio do estreito de Bering.

O Oceano Ártico possui aproximadamente uma profundidade de 5.000 metros e suas águas conservar-se congeladas o ano todo. Nessa região são muito comuns os icebergs, grandes blocos de gelo que se desprendem das banquisas e ficam flutuando pelo oceano.

Embora configure como um Oceano, o Ártico não apresenta condições de utilização para atividades como a pesca e o transporte marítimo como os outros oceanos, em detrimento das adversidades climáticas, pois as temperaturas são constantemente baixas e podem chegar a -60°C.

As características climáticas desta região são originárias de sua localização geográfica, a luz solar incide com pouca intensidade em face dos elevados graus de inclinação, dessa forma não ocorre a irradiação solar, e por isso permanece muito frio em todo decorrer do ano.

No Oceano Ártico estão inseridos diversos mares menores, como o Mar de Barents, Mar de Kara, Mar de Laptev, Mar da Sibéria Oriental, Mar de Chukchi, Mar de Beaufort e o Mar de Lincoln. As águas do Oceano Ártico realizam uma restrita interação com os demais oceanos.

Oceano Atlântico

O oceano Atlântico é o segundo maior oceano do mundo em extensão, superado somente pelo Pacífico.

O Atlântico abrange uma área de aproximadamente 80 milhões de quilômetros quadrados e uma profundidade média de 3.300 metros. Separa a Europa e a África da América.

O oceano Atlântico divide as águas oceânicas do planeta. Embora existam nomes diferentes para cada oceano, suas águas estão interligadas. O oceano Atlântico, por exemplo, é ligado ao norte com o oceano Ártico; a sudoeste, com o oceano Pacífico; a sudeste, com o Índico; e ao sul, com Antártico.

O oceano Atlântico é dividido em duas partes, adotando como referência a linha do Equador, da origem ao Atlântico Norte e Atlântico Sul. Fazem parte desse oceano o mar Mediterrâneo, Mar do Norte, Mar das Caraíbas e Báltico. O Atlântico banha a costa brasileira e africana.

O relevo oceânico do Atlântico possui uma grande cadeia de montanhas (de norte a sul) chamada de Dorsal Mesoatlântica.

Os grandes rios do mundo desembocam suas águas no Atlântico, dentre os quais citamos: Rio Amazonas, São Lourenço, Orinoco, Mississippi, Paraná, Congo, Níger e Loire.

Mesmo sendo classificado como o segundo maior em extensão, o Atlântico ocupa o primeiro lugar em importância, uma vez que grande parte do fluxo comercial circula por ele.

Curiosidades

- O nome Atlântico tem origem no nome Atlas (titã da mitologia grega).
- As águas do Atlântico cobrem, aproximadamente, 20% da superfície terrestre.
- O Oceano Atlântico tem uma rica biodiversidade marinha com milhares de espécies (peixes, mamíferos marinhos, crustáceos entre outros).
- Além da pesca, o Atlântico é de grande importância para a navegação (turismo e transportes de mercadorias).
- O nível de salinidade das águas do Atlântico varia de 3 a 4%.
- Em algumas regiões da costa da América, existe uma grande quantidade de reservas de petróleo e gás.
- Seus principais mares são: Mar Mediterrâneo, Mar do Norte, Mar do Caribe, Canal da Mancha e Mar da Irlanda.
- Suas principais ilhas são: Ilhas Malvinas, Antilhas, Açores, Bermudas, Madeira, Groelândia, Ilhas Canárias, Fernando de Noronha, Terra do Fogo, ilha de Santa Catarina, Ilhas Feroes e ilhas Britânicas.
- A principal corrente marinha do Oceano Atlântico é a corrente do Golfo.

Oceano Índico

O Oceano Índico é o terceiro maior oceano do mundo. Possui uma extensão de 73.440.000 km², banhando todos os países litonários do leste e do nordeste da África, as nações do litoral sul da Ásia desde a Península Arábica até o oeste do Sudeste Asiático, a Indonésia, mais o noroeste, oeste e sul da Austrália.

Sua profundidade média é de 3.890 metros e o ponto mais profundo é a Fossa de Java, com 7.725 metros abaixo do nível do mar, localizada ao sul da Indonésia. Acredita-se que o Oceano Índico tenha surgido na Era Mesozóica, como resultado da divisão do super continente Gondwana, tendo sido o último oceano a se formar.

Em termos climáticos, O habitat do Índico corresponde a uma zona conhecida como Índico Tropical. A temperatura da água do oceano se mantém durante todo o ano acima dos 20°C, propiciando assim a construção de recifes de coral. Os corais na verdade, existem em todos os oceanos, entretanto apenas na zona tropical constroem recifes.

Deste modo, o Índico é caracterizado pela existência de várias ilhas de corais, estando neste habitat representado, do ponto de vista geológico, a Seychelles.

Devido à sua relativa proximidade com o Oceano Antártico, o Índico apresenta temperaturas mais frias em sua parte sul; em compensação, em virtude da proximidade com o continente, as águas da região norte do oceano são mais quentes.

Estas diferenças de temperatura entre o oceano e o continente dão origem às “monções”, ventos que anualmente mudam sua direção de acordo com essas variações. Durante o verão os ventos sopram do oceano para a Ásia Meridional, e da Ásia Meridional para o oceano durante o inverno. As monções causam secas e estiagens em algumas regiões, e enchentes e inundações em outras.

Destacamos ainda que o oceano Índico possui elevada importância econômica, pois é o responsável pelo transporte de mercadorias, principalmente do petróleo do sudeste asiático aos países do ocidente e que recebe as águas de rios importantes na história da humanidade como o Ganges, e os rios Tigre e Eufrates, por exemplo.

Oceano Pacífico

O Oceano Pacífico é a maior e mais antiga massa marítima do planeta.

Com 180 milhões de km², o Pacífico cobre quase um terço da superfície do globo e corresponde a quase metade da superfície e do volume dos oceanos.

O Oceano Pacífico é o oceano com maior profundidade média (4.280 m) e onde estão localizadas as maiores fossas submarinas (como a fossa das Marianas, com aproximadamente 11.500 m).

O Pacífico está localizado a oeste da América, a leste da Austrália e da Ásia, e ao sul da Antártida. É no Oceano Pacífico que se encontra a região mais afastada da civilização, a Ilha de Páscoa que pertence ao Chile e está a aproximadamente 3.600 km distante do local habitado mais próximo.

Uma das principais características do oceano é o seu grande número de ilhas, possui aproximadamente 25.000. O conjunto dessas ilhas é recebe o nome de Micronésia (pequenas ilhas) ou Polinésia (muitas ilhas). O Pacífico também é caracterizado pela sua intensa atividade vulcânica. Isso acontece pelo fato do oceano estar totalmente contido em uma placa tectônica, denominada “Placa do Pacífico”.

O Pacífico recebe pouca influência de massas de ar continentais. Devido a sua extensão, nele existem cinco zonas ou regiões climáticas diferentes, ocasionando temperaturas bastante diferentes em cada uma dessas regiões.

O oceano engloba as regiões marítimas: Oceano Glacial Antártico, Mar de Bering, Mar de Olchotsk, Mar do Japão, Mar da China Oriental, Mar da China Meridional, Mar de Java, Mar de Arafura, Mar de Corais, Mar de Taemfinia, Mar de Sonda e Golfo da Califórnia.

Origem do nome Pacífico

O oceano foi batizado em 1520 na expedição de Fernão de Magalhães e recebeu o nome de Pacífico por este ser mais calmo, quando comparado com o tempestuoso Oceano Atlântico.

Esta comparação foi feita quando Fernão de Magalhães e os seus companheiros de navegação transpuseram o Estreito de Magalhães, uma passagem entre os dois oceanos já citados.

Mares

Os mares são as porções de oceanos, com características físico-químicas próprias, influenciadas pelas condições físicas das terras vizinhas, e estão divididos da seguinte forma.

Abertos ou costeiros

Possuem ligação direta com os oceanos. Exemplo: Mar das Antilhas.

Interiores ou mediterrâneos

Comunicam-se com os oceanos através de estreitos canais. Exemplo: Mar Mediterrâneo.

Fechados

Não possuem comunicação com os oceanos. Exemplo: Mar Cáspio.

Rio

Um rio é um curso natural de água que nasce numa área montanhosa e deságua no mar, em um lago ou em outro rio (afluente). Alguns conceitos importantes:

- Nascente - local onde nasce o rio;
- Foz - local onde deságua o rio;
- Leito - local onde corre o rio;
- Caudal - quantidade de água que passa por uma determinada secção do rio.

Existem três tipos de leito, conforme o caudal que o rio apresenta:

- A – Leito de estiagem: onde corre o rio nos períodos mais secos do ano;
- B – Leito normal: onde corre o rio normalmente;
- C – Leito de cheia: onde corre o rio nos períodos mais chuvosos do ano.

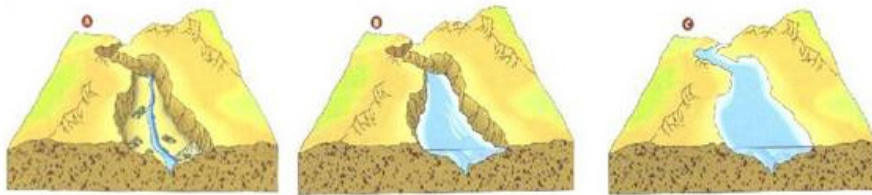


Ilustração tipos de leito de um rio

Também podemos distinguir bacia hidrográfica de rede hidrográfica.

- Bacia hidrográfica é o território drenado por um rio principal e os seus afluentes.
- Rede hidrográfica é o conjunto de todos os rios que estão ligados entre si.

Percurso do rio

Curso superior

- Porção inicial do rio, com grandes declives.
- Vales em forma de V.
- Grande velocidade da água.
- Fase da erosão: desgaste dos materiais.

Curso intermédio

- Porção intermediária do rio, com menores declives.
- Vales em forma de V aberto.
- Velocidade da água começa a diminuir.
- Fase da erosão: transporte.

Curso inferior

- Porção final do rio, praticamente plano.
- Vales largos e pouco fundos.
- Baixa velocidade do escoamento da água.
- Fase da erosão: acumulação.

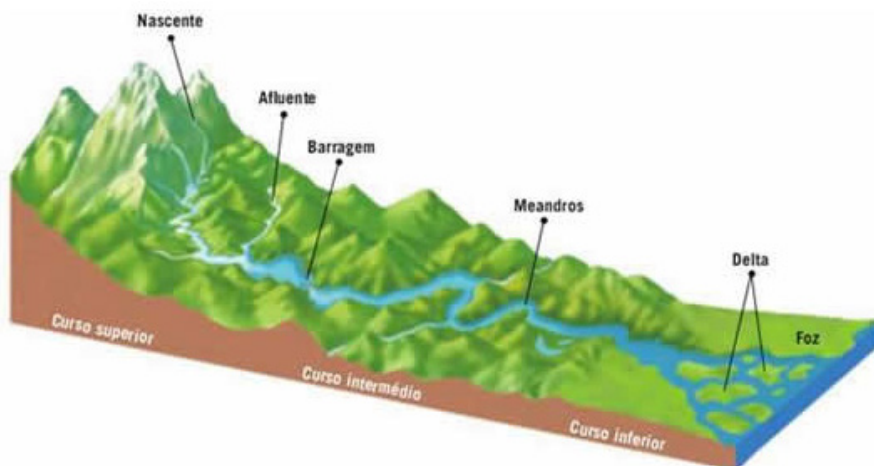


Ilustração das partes de um rio

MAPAS

CARTOGRAFIA



Antigo mapa da América do Sul



A cartografia é uma ciência repleta de conceitos técnicos e noções basilares que permitem o seu entendimento

A cartografia, como sabemos, é a área do conhecimento responsável pela elaboração e estudo dos mapas e representações cartográficas em geral, incluindo plantas, croquis e cartas gráficas. Essa área do conhecimento é de extrema utilidade não só para os estudos em Geografia, mas também em outros campos, como a História e a Sociologia, pois, afinal, os mapas são formas de linguagem para expressar uma dada realidade.

Existem, dessa forma, alguns conceitos básicos de Cartografia que nos permitem entender os elementos dessa área de estudos com uma maior facilidade. Saber, por exemplo, noções como as de escala, legenda e projeções auxilia-nos a identificar com mais facilidade as informações de um mapa e as formas utilizadas para elaborá-lo.

Confira, a seguir, um resumo dos principais conceitos da Cartografia:

- **Mapa** – um mapa é uma representação reduzida de uma dada área do espaço geográfico. Um mapa temático, por sua vez, é uma representação de um espaço realizada a partir de uma determinada perspectiva ou tema, que pode variar entre indicadores sociais, naturais e outros.

- **Plantas** – representação cartográfica realizada a partir de uma escala muito grande, ou seja, com uma área muito pequena e um nível de detalhamento maior. É muito utilizada para representar casas e moradias em geral, além de bairros, parques e empreendimentos.

- **Croqui** – é um esboço cartográfico de uma determinada área ou, em outras palavras, um mapa produzido sem escala e sem os procedimentos padrões na sua elaboração, servindo apenas para a obtenção de informações gerais de uma área.

- **Escala** – é a proporção entre a área real e a sua representação em um mapa. Geralmente, aparece designada nos próprios mapas na forma numérica e/ou na forma gráfica.

- **Legenda** – é a utilização de símbolos em mapas para definir algumas representações e está sempre presente em mapas temáticos. Alguns símbolos cartográficos e suas legendas são padronizados para todos os mapas, como o azul para designar a água e o verde para indicar uma área de vegetação, entre outros.

- **Orientação** – é a determinação de ao menos um dos pontos cardeais, importante para representar a direção da área de um mapa. Alguns instrumentos utilizados na determinação da orientação cartográfica são a Rosa dos Ventos, a Bússola e o aparelho de GPS.

- **Projeções Cartográficas** – são o sistema de representação da Terra, que é geoide e quase arredondada, em um plano, de forma que sempre haverá distorções. No sistema de projeções cartográficas, utiliza-se a melhor estratégia para definir quais serão as alterações entre o real e a representação cartográfica com base no tipo de mapa a ser produzido.

A produção de mapas ocorre desde a pré-história, antes mesmo do surgimento da escrita. Sua confecção se dava em placas de argila suméria e papiros egípcios. Ao longo da história a cartografia foi evoluindo e desenvolvendo novas técnicas e, atualmente, é uma ferramenta de fundamental importância nas representações de áreas terrestres.

Conforme a Associação Cartográfica Internacional, a cartografia é definida como o conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas baseado nos resultados de observações diretas ou de análise de documentação, com vistas à elaboração e preparação de cartas, planos e outras formas de expressão, bem como sua utilização.

A cartografia é a junção de ciência e arte, com o objetivo de representar graficamente, em mapas, as especificidades de uma determinada área geográfica.

É ciência, pois a confecção de um mapa necessita de conhecimentos específicos para a representação de aspectos naturais e artificiais, aplicação de operações de campo e laboratório, metodologia de trabalho e conhecimento técnico para a obtenção de um trabalho eficaz.

A arte na cartografia está presente em aspectos estéticos, pois o mapa é um documento que precisa obedecer a um padrão de organização. Necessita de distribuição organizada de seus elementos, como: traços, símbolos, cores, letreiros, legendas, título, margens, etc. As cores devem apresentar harmonia e estar de acordo com sua especificação, exemplo, a cor azul em um mapa representa água.

O mapa é o principal objeto do cartógrafo, ele é uma representação convencional da superfície terrestre, e até de outros astros, como a Lua, Marte, etc. Apresenta simbologia própria e deve ser sempre objetivo, além de transmitir o máximo de precisão.

Existem vários modelos de mapas, entre eles podem ser citados: Mapa-múndi; mapas topográficos; mapas geográficos que representam grandes regiões, países ou contingentes; mapas políticos; mapas urbanos; mapas econômicos; cartas náuticas e aéreas; entre outros.

Mediante a compreensão dos principais conceitos básicos da cartografia, podemos ter um entendimento mais facilitado do processo de leitura e produção de mapas.

1. Industrialização Brasileira. Urbanização Brasileira. Agropecuária. Questões Ambientais. Clima do Brasil. Mapas do Brasil. Desmatamento no Brasil. Rio Amazonas. Mercosul. Dados Geográficos. Relevo Brasileiro. Efeito Estufa. Aquífero Guarani. Hidrografia. Vegetação.....01

INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA. URBANIZAÇÃO BRASILEIRA. AGROPECUÁRIA. QUESTÕES AMBIENTAIS. CLIMA DO BRASIL. MAPAS DO BRASIL. DESMATAMENTO NO BRASIL. RIO AMAZONAS. MERCOSUL. DADOS GEOGRÁFICOS. RELEVO BRASILEIRO. EFEITO ESTUFA. AQUÍFERO GUARANI. HIDROGRAFIA. VEGETAÇÃO

Para chegar ao tamanho atual, com um território integrado e sem riscos iminentes de fracionamento, muitos conflitos e processos de exploração econômica ocorreram ao longo de cinco séculos. Uma série de fatores contribuiu para o alargamento do território, a partir da chegada dos portugueses em 1500, alguns desses fatores foram:

- a sucessão de grandes produções econômicas para exportação (cana-de-açúcar, tabaco, ouro, borracha, café, etc.), além de culturas alimentares e pecuária, em diferentes bases geográficas do território;

- as expedições (bandeiras) que partiam de São Paulo – então um colégio e um pequeno povoado fundado por padres jesuítas – e se dirigiam ao interior, aproveitando a topografia favorável e a navegabilidade de afluentes do rio Paraná, para a captura de indígenas e a busca de metais preciosos;

- a criação de aldeias de missões jesuíticas, em especial ao sul do território, buscando agrupar e catequizar grupos indígenas;

- o esforço político e administrativo da coroa portuguesa em assegurar a posse do novo território, especialmente após as ameaças da efetiva ocupação de frações do território – ainda que por curtos períodos – por franceses e holandeses.

É importante destacar que a construção da unidade territorial nacional significou também o sistemático massacre, deslocamento ou aculturação dos povos indígenas. Além de provocar a redução da diversidade cultural do país, determinou a imposição dos padrões culturais europeus. A geração de riquezas exauriu também ao máximo o trabalho dos negros africanos trazidos a força, tratados como mera mercadoria e de forma violenta e cruel. Nesse caso, houve imposições de ordem cultural: muitos grupos, ao longo do tempo, perderam os ritos religiosos e traços culturais que possuíam.

Expansão Territorial do Brasil Colônia

Durante o período do capitalismo comercial (séculos XV a XVIII), as metrópoles europeias acumularam capital com a prática de atividades de retirada e comercialização de produtos primários (agrícolas e extrativistas), empreendida nos territórios conquistados. **O Brasil na condição de colônia portuguesa, consolidou-se como área exportadora de matérias-primas e importadora de bens manufaturados.**

Esse sistema de exploração de matérias-primas permite explicar a formação e a expansão territorial do Brasil, juntamente com os tratados assinados entre Portugal e Espanha (Tratado de Tordesilhas e Tratado de Madri), que acabaram por definir, com alguns acréscimos posteriores, a área que hoje consideramos território brasileiro.

Tratado de Tordesilhas



Espanha e Portugal foram pioneiros na expansão marítimo-comercial europeia, iniciada no século XV, que ficou conhecida como Grandes Navegações e que resultou na conquista de novas terras. Essas descobertas geraram diversas tensões e conflitos entre os dois países que, na tentativa de evitar uma guerra, em 7 de junho de 1494 assinaram o **Tratado de Tordesilhas**, na pequena cidade de Tordesilhas, na Espanha. Esse tratado estabeleceu uma linha imaginária que passava a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde (África), dividindo o mundo entre Portugal e Espanha: as terras situadas a leste seriam de Portugal enquanto as terras a oeste da Espanha.

Os limites do território brasileiro, estabelecidos por esse tratado, se estendiam do atual estado do Pará até o atual estado de Santa Catarina. No entanto, esses limites não foram respeitados, e terras que seriam da Espanha foram ocupadas por portugueses e brasileiros, contribuindo para que nosso país adquirisse a forma atual.

Tratado de Madri



O Tratado de Madri, assinado em 1750, praticamente garantiu a atual extensão territorial do Brasil. O novo acordo anulou o Tratado de Tordesilhas e determinou que as terras pertenciam a quem de fato as ocupasse, seguindo o princípio de **uti possidetis**.

Dessa forma, a Espanha reconheceu os direitos dos portugueses sobre as áreas correspondentes aos atuais estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Amazonas, Rondônia, Pará, Amapá, entre outros.

De Arquipélago a Continente

É costume dizer que, ao longo do período de colonização portuguesa, o território brasileiro se assemelhava a um arquipélago – um **arquipélago econômico**.

Por que um arquipélago? As regiões do Brasil colônia que foram palco da produção agroexportadora se mantiveram sob o domínio do poder central da metrópole portuguesa, formando assim um **arquipélago geográfico**. Já que não existiam ligações entre as regiões. O mesmo ocorreu no Brasil independente.



A expansão econômica

A expansão de atividades dos colonizadores avançou gradativamente das faixas litorâneas para o interior. Nos primeiros dois séculos, formou-se um complexo geoeconômico no Nordeste do país. Para cultivar a cana-de-açúcar, os colonos passaram a importar escravos africanos. A primeira leva chegou já em 1532, num circuito perverso do comércio humano que durou até 1850. Conforme os geógrafos Hervé Théry e Neli Mello, a produção de cana gerou atividades complementares, como a plantação do tabaco, na região do Recôncavo Baiano, a criação de gado nas zonas mais interiores e as culturas alimentares no chamado Agreste (transição da Zona da Mata úmida para o semiárido).

A pecuária desempenhou importante papel na ocupação do interior, aproveitando-se o rebrotar das folhas na estação das águas nas caatingas arbustivas mais densas, além dos brejos e dos trechos de matas. Com a exploração das minas de ouro descobertas mais ao sul, foram necessários também carne, couro e outros derivados, além de animais para o transporte.

Desse modo, a pecuária também se consolidou no alto curso do rio São Francisco, expandiu-se para áreas onde hoje se encontram o Piauí e o Ceará, e para o Sul, seguindo o curso do “Velho Chico”, até o Sudeste e o Sul do território. Vários povoados foram surgindo ao longo desses percursos, oferecendo pastos para descanso e engorda e feiras periódicas.

A organização do espaço no Brasil central ganhou contornos mais nítidos com a exploração do ouro, diamantes e diversos minerais preciosos, especialmente em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, ao longo do século XVIII, o que deu origem à criação de inúmeros núcleos urbanos nas rotas das minas.

Nos séculos XVIII e XIX, a constituição do território começou a se consolidar com a ocupação da imensa frente amazônica. Por motivações mais políticas do que econômicas – a defesa do território contra incursões de corsários estrangeiros –, a região passou a ser ocupada com a instalação de fortes e missões, acompanhando o curso do rio Amazonas e alguns de seus afluentes. Esse avanço ocorreu inclusive sobre domínios espanhóis, que estavam mais interessados no ouro e na exploração dos nativos do México e do Peru e em rotas comerciais do mar do Caribe (América Central) e no rio da Prata, na parte mais meridional da América do Sul.

A dinamização das fronteiras amazônicas ocorreu mais efetivamente com o surto da borracha, no fim do século XIX e início do século XX. O desenvolvimento da indústria automobilística justificava a demanda por borracha para a fabricação de pneus. Esse período curto, mas virtuoso, foi responsável pela atração de mais de 1 milhão de nordestinos, que fugiam da terrível seca que se abateu sobre o sertão nordestino em 1877.

Os períodos econômicos indicados, em seus momentos de apogeu e crise, contribuíram para determinar um processo de regionalização do território, marcando a diferenciação de áreas. Ao mesmo tempo, contribuíram para a integração territorial.



Café, Ferrovias, Fábricas e Cidades

O enredo de formação do território brasileiro culminou, ainda no século XIX, com a economia cafeeira e a constituição de um núcleo econômico no Sudeste do país. A cultura do café, em sua origem próxima à cidade do Rio de Janeiro, expandiu-se pelo vale do rio Paraíba do Sul para os estados de São Paulo e de Minas Gerais. Mas foi no planalto ocidental paulista, sobre os solos férteis de terra roxa (do italiano *rossa*, que significa vermelha), que o café mais se desenvolveu. Em torno desse circuito econômico, foram construídas as ferrovias para escoar o produto do interior paulista ao porto de Santos. No caminho, São Paulo, a pequena vila do final do século XIX, foi crescendo rapidamente, transformando-se em sede de empresas, bancos e serviços diversos e chegando a sediar a nascente industrialização do país. O Rio de Janeiro, já na época um núcleo urbano considerável, também veio a exercer esse papel.

Ao longo do século XX, intensificou-se a concentração regional das riquezas. O Sudeste, e particularmente o eixo Rio – São Paulo, passou a ser o meio geográfico mais apto a receber inovações tecnológicas e novas atividades econômicas, aumentando sua posição de comando do país.

**Observação:**

Durante o século XVIII e início do XIX, diversos tratados foram assinados para o estabelecimento dos limites do território brasileiro.

Esses tratados sempre envolveram Portugal e Espanha, com exceção do Tratado de Utrecht (1713), assinado também com a França, para definir um trecho de limite no norte do Brasil (atual estado do Amapá), e do Tratado de Petrópolis (1903), pelo qual, num acordo com a Bolívia, o Brasil incorporou o trecho que corresponde atualmente ao estado do Acre. Em 1801, ao ser estabelecido o Tratado de Badajós, entre portugueses e espanhóis, os limites atuais de nosso país já estavam praticamente definidos.

Pelo Tratado de Santo Ildefonso ou Tratado dos Limites, assinado em 1777 entre Portugal e a Espanha, esta última ficaria com a Colônia do Sacramento e a região dos Sete Povos das Missões, mas devolveria à Coroa Portuguesa as terras que havia ocupado nos atuais estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Resolviam-se assim as contendas abertas pelo Tratado de Madrid de 1750.

Industrialização no Brasil

A **industrialização no Brasil** foi historicamente tardia ou retardatária. Enquanto na Europa se desenvolvia a Primeira Revolução Industrial, o Brasil vivia sob o regime de economia colonial.

Fatores da Industrialização no Brasil

Vários fatores contribuíram para o processo de industrialização no Brasil:

- a exportação de café gerou lucros que permitiram o investimento na indústria;
- os imigrantes estrangeiros traziam consigo as técnicas de fabricação de diversos produtos;
- a formação de uma classe média urbana consumidora, estimulou a criação de indústrias;
- a dificuldade de importação de produtos industrializados durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) estimulou a indústria.

A passagem de uma sociedade operária para uma urbano industrial, mudou a paisagem de algumas cidades brasileiras, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro.

Resumo das fases do desenvolvimento industrial brasileiro***Mais de trezentos anos sem indústrias***

Enquanto o Brasil foi colônia de Portugal (1500 a 1822) não houve desenvolvimento industrial em nosso país. A metrópole proibia o estabelecimento de fábricas em nosso território, para que os brasileiros consumissem os produtos manufaturados portugueses. Mesmo com a chegada da família real (1808) e a Abertura dos Portos às Nações Amigas, o Brasil continuou dependente do exterior, porém, a partir deste momento, dos produtos ingleses.

História do início da industrialização

Foi somente no final do século XIX que começou o desenvolvimento industrial no Brasil. Muitos cafeicultores passaram a investir parte dos lucros, obtidos com a exportação do café, no estabelecimento de indústrias, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Eram fábricas de tecidos, calçados e outros produtos de fabricação mais simples. A mão de obra usada nestas fábricas era, na maioria das vezes, formada por imigrantes italianos.

Era Vargas e desenvolvimento industrial

Foi durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que a indústria brasileira ganhou um grande impulso. Vargas teve como objetivo principal efetivar a industrialização do país, privilegiando as indústrias nacionais, para não deixar o Brasil cair na dependência externa. Com leis voltadas para a regulamentação do mercado de trabalho, medidas protecionistas e investimentos em infraestrutura, a indústria nacional cresceu significativamente nas décadas de 1930-40. Porém, este desenvolvimento continuou restrito aos grandes centros urbanos da região sudeste, provocando uma grande disparidade regional.

Durante este período, a indústria também se beneficiou com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-45), pois, os países europeus, estavam com suas indústrias arrasadas, necessitando importar produtos industrializados de outros países, entre eles o Brasil.

Com a criação da Petrobrás (1953), ocorreu um grande desenvolvimento das indústrias ligadas à produção de gêneros derivados do petróleo (borracha sintética, tintas, plásticos, fertilizantes, etc.).

Período JK

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 -1960) o desenvolvimento industrial brasileiro ganhou novos rumos e feições. JK abriu a economia para o capital internacional, atraindo indústrias multinacionais. Foi durante este período que ocorreu a instalação de montadoras de veículos internacionais (Ford, General Motors, Volkswagen e Willys) em território brasileiro.

Últimas décadas do século XX

Nas décadas 70, 80 e 90, a industrialização do Brasil continuou a crescer, embora, em alguns momentos de crise econômica, ela tenha estagnado. Atualmente o Brasil possui uma boa base industrial, produzindo diversos produtos como, por exemplo, automóveis, máquinas, roupas, aviões, equipamentos, produtos alimentícios industrializados, eletrodomésticos, etc. Apesar disso, a indústria nacional ainda é dependente, em alguns setores, (informática, por exemplo) de tecnologia externa.

Dados atuais

- Felizmente, o Brasil está apresentando, embora pequena, recuperação na produção industrial. De acordo com dados do IBGE, divulgados em 1 de fevereiro de 2019, a indústria brasileira apresentou crescimento de 1,1% em 2018.

Estrutura fundiária do Brasil

A estrutura fundiária corresponde ao modo como as propriedades rurais estão dispersas pelo território e seus respectivos tamanhos, que facilita a compreensão das desigualdades que acontecem no campo.

A desigualdade estrutural fundiária brasileira configura como um dos principais problemas do meio rural, isso por que interfere diretamente na quantidade de postos de trabalho, valor de salários e, automaticamente, nas condições de trabalho e o modo de vida dos trabalhadores rurais.

No caso específico do Brasil, uma grande parte das terras do país se encontra nas mãos de uma pequena parcela da população, essas pessoas são conhecidas como latifundiários. Já os minifundiários são proprietários de milhares de pequenas propriedades rurais espalhadas pelo país, algumas são tão pequenas que muitas vezes não conseguem produzir renda e a própria subsistência familiar suficiente. Diante das informações, fica evidente que no Brasil ocorre uma discrepância em relação à distribuição de terras, uma vez que alguns detêm uma elevada quantidade de terras e outros possuem pouca ou nenhuma, esses aspectos caracterizam a concentração fundiária brasileira.

É importante conhecer os números que revelam quantas são as propriedades rurais e suas extensões: existem pelo menos 50.566 estabelecimentos rurais inferior a 1 hectare, essas juntas ocupam no país uma área de 25.827 hectares, há também propriedades de tamanho superior a 100 mil hectares que juntas ocupam uma área de 24.047.669 hectares.

Outra forma de concentração de terras no Brasil é proveniente também da expropriação, isso significa a venda de pequenas propriedades rurais para grandes latifundiários com intuito de pagar dívidas geralmente geradas em empréstimos bancários, como são muito pequenas e o nível tecnológico é restrito diversas vezes não alcançam uma boa produtividade e os custos são elevados, dessa forma, não conseguem competir no mercado, ou seja, não obtêm lucros. Esse processo favorece o sistema migratório do campo para a cidade, chamado de êxodo rural.

A problemática referente à distribuição da terra no Brasil é produto histórico, resultado do modo como no passado ocorreu a posse de terras ou como foram concedidas.

A distribuição teve início ainda no período colonial com a criação das capitanias hereditárias e sesmarias, caracterizada pela entrega da terra pelo dono da capitania a quem fosse de seu interesse ou vontade, em suma, como no passado a divisão de terras foi desigual os reflexos são percebidos na atualidade e é uma questão extremamente polêmica e que divide opiniões.

Agricultura no Brasil atual

Atualmente, a agricultura no Brasil é marcada pelo processo de mecanização e expansão das atividades em direção à região Norte.

A atividade do setor agrícola é uma das mais importantes da economia brasileira, pois, embora componha pouco mais de 5% do PIB brasileiro na atualidade, é responsável por quase R\$100 bilhões em volume de exportações em conjunto com a pecuária, segundo dados da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SRI/Mapa). A produção agrícola no Brasil, portanto, é uma das principais responsáveis pelos valores da balança comercial do país.

Ao longo da história, o setor da agricultura no Brasil passou por diversos ciclos e transformações, indo desde a economia canavieira, pautada principalmente na produção de cana-de-açúcar durante o período colonial, até as recentes transformações e expansão do café e da soja. Atualmente, essas transformações ainda ocorrem, sobretudo garantindo um ritmo de sequência às transformações técnicas ocorridas a partir do século XX, como a mecanização da produção e a modernização das atividades.

A modernização da agricultura no Brasil atual está diretamente associada ao processo de industrialização ocorrido no país durante o mesmo período citado, fator que foi responsável por uma reconfiguração no espaço geográfico e na divisão territorial do Brasil. Nesse novo panorama, o avanço das indústrias, o crescimento do setor terciário e a aceleração do processo de urbanização colocaram o campo economicamente subordinado à cidade, tornando-o dependente das técnicas e produções industriais (máquinas, equipamentos, defensivos agrícolas etc.).

Podemos dizer que a principal marca da agricultura no Brasil atual – e também, por extensão, a pecuária – é a formação dos complexos agrícolas, notadamente desenvolvidos nas regiões que englobam os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, destacam-se a produção de soja, a carne para exportação e também a cana-de-açúcar, em razão do aumento da necessidade nacional e internacional por etanol.

Na **região Sul** do país, a produção agrícola é caracterizada pela ocupação histórica de grupos imigrantes europeus, pela expansão da soja voltada para a exportação nos últimos decênios e pela intensiva modernização agrícola. Essa configuração é preponderante no oeste do Paraná e de Santa Catarina, além do norte do Rio Grande do Sul. Além da soja, cultivam-se também, em larga escala, o milho, a cana-de-açúcar e o algodão. Na pecuária, a maior parte da produção é a de carne de porco e de aves.

Na **região Sudeste**, assim como na região sul, a mecanização e produção com base em procedimentos intensivos de alta tecnologia são predominantes. Embora seja essa a região em que a agricultura encontra-se mais completamente subordinada à indústria, destacam-se os altos índices de produtividade e uso do solo. Por outro lado, com a maior presença de maquinários, a geração de empregos é limitada e, quando muito, gerada nas agroindústrias. As principais culturas cultivadas são o café, a cana-de-açúcar e a fruticultura, com ênfase para os laranjais.



Produção cafeeira em Alfenas, Minas Gerais

Na **região Nordeste**, por sua vez, encontra-se uma relativa pluralidade. Na Zona da Mata, mais úmida, predomina o cultivo das *plantations*, presente desde tempos coloniais, com destaque novamente para a cana, voltada atualmente para a produção de álcool e também de açúcar. Nas áreas semiáridas, ressalta-se a presença da agricultura familiar e também de algumas zonas com uma produção mais mecanizada. O principal cultivo é o de frutas, como o melão, a uva, a manga e o abacaxi. Além disso, a agricultura de subsistência também possui um importante papel.

Já a **região Centro-Oeste** é a área em que mais se expande o cultivo pela produção mecanizada, que se expande em direção à Amazônia e vem pressionando a expansão da fronteira agrícola para o norte do país. A Revolução Verde, no século passado, foi a principal responsável pela ocupação dos solos do Cerrado nessa região, pois permitiu o cultivo de diversas culturas em seus solos de elevada acidez. O principal produto é a soja, também voltada para o mercado externo.



Produção mecanizada de soja no Mato Grosso

Por fim, a **região Norte** é caracterizada por receber, atualmente, as principais frentes de expansão, vindas do Nordeste e do Centro-Oeste. A região do “matopiba” (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), por exemplo, é a área onde a pressão pela expansão das atividades agrárias ocorre mais intensamente, o que torna a região Norte como o futuro centro de crescimento do agronegócio brasileiro.

As atividades mais praticadas nessa região ainda são de caráter extensivo e de baixa tecnologia, com ênfase na pecuária primitiva, na soja em expansão e em outros produtos, que passam a competir com o extrativismo vegetal existente.



Pecuária extensiva na área de expansão agrícola da região Norte

As relações de trabalho no campo

Diminuição do sistema de parceria:

Com a capitalização do campo, as relações de trabalho tradicionais vão desaparecendo porque são substituídas pelo trabalho assalariado, ou porque o proprietário prefere deixar a terra ociosa à espera de valorização.

Expansão de um regime associativo:

Com a capitalização do campo, as relações de trabalho tradicionais tendiam a desaparecer mais, porque são substituídas pelo trabalho assalariado, no entanto, para diminuir custo e encargos, as grandes empresas desenvolveram uma nova forma de trabalhar no campo, incentivando o pequeno e o médio produtor a produzir para eles.

Êxodo rural

O **êxodo rural** corresponde ao processo de migração em massa da população do campo para as cidades, fenômeno que costuma ocorrer em um período de tempo considerado curto, como o prazo de algumas décadas. Trata-se de um elemento diretamente associado a várias dinâmicas socioespaciais, tais como a urbanização, a industrialização, a concentração fundiária e a mecanização do campo.

Um dos maiores exemplos de como essa questão costuma gerar efeitos no processo de produção do espaço pode ser visualizado quando analisamos a conjuntura do **êxodo rural no Brasil**. Sua ocorrência foi a grande responsável pela aceleração do processo de urbanização em curso no país, que aconteceu mais por valores repulsivos do que atrativos, isto é, mais pela saída de pessoas do campo do que pelo grau de atratividade social e financeira das cidades brasileiras.

O êxodo rural no Brasil ocorreu, de forma mais intensa, em apenas duas décadas: entre 1960 e 1980, mantendo patamares relativamente elevados nas décadas seguintes e perdendo força total na entrada dos anos 2000. Segundo estudos publicados pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), o êxodo rural, nas duas primeiras décadas citadas, contribuiu com quase 20% de toda a urbanização do país, passando para 3,5% entre os anos 2000 e 2010.¹

ATUALIDADES

1. Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, segurança, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental e ecologia e suas vinculações históricas . . 01

TÓPICOS RELEVANTES E ATUAIS DE DIVERSAS ÁREAS, TAIS COMO POLÍTICA, ECONOMIA, SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, SEGURANÇA, TECNOLOGIA, ENERGIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E ECOLOGIA E SUAS VINCULAÇÕES HISTÓRICAS

A importância do estudo de atualidades

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) em nosso site.

Lá, o concurseiro encontrará um material completo com ilustrações e imagens, notícias de fontes verificadas e confiáveis, exercícios para retenção do conteúdo aprendido, tudo preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e

fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certo.

Acesse: <https://www.apostilasopcao.com.br/retificacoes>
Bons estudos!

ANOTAÇÕES

LÍNGUA PORTUGUESA

| | |
|---|----|
| 1. Ortografia. | 01 |
| 2. Acentuação Gráfica. | 01 |
| 3. Pontuação. | 02 |
| 4. Classes de Palavras: artigo, nome, pronome, verbo, palavras relacionadas (preposição e conjunção), Flexão Nominal, Flexão Verbal, Número pessoal e modo temporal, formação de palavras: composição e derivação portuguesa | 03 |
| 5. Concordância Nominal, Concordância verbal, | 10 |
| 6. Estrutura da frase portuguesa: a) termos da oração; b) coordenação e subordinação, | 12 |
| 7. Regência nominal e verbal. | 14 |
| 8. Colocação Pronominal, | 15 |
| 9. Sinonímia, Antonímia, Polissemia, Denotação e Conotação, | 15 |
| 10. Recursos Linguísticos (linguagem figurada) | 15 |
| 11. Redação, | 17 |
| 12. Interpretação de Textos. | 27 |

ORTOGRAFIA

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios** e **abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

| | |
|----------------|---|
| POR QUE | Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo” |
| PORQUE | Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois” |
| POR QUÊ | O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final) |
| PORQUÊ | É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome |

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

ACENTUAÇÃO GRÁFICA

A acentuação é uma das principais questões relacionadas à Ortografia Oficial, que merece um capítulo a parte. Os acentos utilizados no português são: **acento agudo** (´); **acento grave** (`); **acento circunflexo** (^); **cedilha** (,) e **til** (~).

Depois da reforma do Acordo Ortográfico, a **trema** foi excluída, de modo que ela só é utilizada na grafia de nomes e suas derivações (ex: Müller, mülleriano).

Esses são sinais gráficos que servem para modificar o som de alguma letra, sendo importantes para marcar a sonoridade e a intensidade das sílabas, e para diferenciar palavras que possuem a escrita semelhante.

A sílaba mais intensa da palavra é denominada **sílaba tônica**. A palavra pode ser classificada a partir da localização da sílaba tônica, como mostrado abaixo:

- **OXÍTONA:** a última sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: café)
- **PAROXÍTONA:** a penúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: automóvel)
- **PROPAROXÍTONA:** a antepenúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: lâmpada)

LÍNGUA PORTUGUESA

As demais sílabas, pronunciadas de maneira mais sutil, são denominadas **sílabas átonas**.

Regras fundamentais

| CLASSIFICAÇÃO | REGRAS | EXEMPLOS |
|-----------------------|---|--|
| OXÍTONAS | <ul style="list-style-type: none"> terminadas em A, E, O, EM, seguidas ou não do plural seguidas de -LO, -LA, -LOS, -LAS | cipó(s), pé(s), armazém respeitá-la, compô-lo, comprometé-los |
| PAROXÍTONAS | <ul style="list-style-type: none"> terminadas em I, IS, US, UM, UNS, L, N, X, PS, Ã, ÃS, ÃO, ÃOS ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não do plural (OBS: Os ditongos “EI” e “OI” perderam o acento com o Novo Acordo Ortográfico) | táxi, lápis, vírus, fórum, cadáver, tórax, bíceps, imã, órfão, órgãos, água, mágoa, pônei, ideia, geleia, paranoico, heroico |
| PROPÁROXÍTONAS | <ul style="list-style-type: none"> todas são acentuadas | cólica, analítico, jurídico, hipérbole, último, álbi |

Regras especiais

| REGRA | EXEMPLOS |
|---|---|
| Acentua-se quando “I” e “U” tônicos formarem hiato com a vogal anterior, acompanhados ou não de “S”, desde que não sejam seguidos por “NH” OBS: Não serão mais acentuados “I” e “U” tônicos formando hiato quando vierem depois de ditongo | saída, faísca, baú, país feiuza, Bocaiuva, Sauipe |
| Acentua-se a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos “TER” e “VIR” e seus compostos | têm, obtêm, contêm, vêm |
| Não são acentuados hiatos “OO” e “EE” | leem, voo, enjoo |
| Não são acentuadas palavras homógrafas OBS: A forma verbal “PÔDE” é uma exceção | pelo, pera, para |

PONTUAÇÃO

Os **sinais de pontuação** são recursos gráficos que se encontram na linguagem escrita, e suas funções são demarcar unidades e sinalizar limites de estruturas sintáticas. É também usado como um recurso estilístico, contribuindo para a coerência e a coesão dos textos.

São eles: o ponto (.), a vírgula (,), o ponto e vírgula (;), os dois pontos (:), o ponto de exclamação (!), o ponto de interrogação (?), as reticências (...), as aspas (“”), os parênteses (()), o travessão (—), a meia-risca (–), o apóstrofo (’), o asterisco (*), o hífen (-), o colchetes ([]) e a barra (/).

Confira, no quadro a seguir, os principais sinais de pontuação e suas regras de uso.

| SINAL | NOME | USO | EXEMPLOS |
|-------|---------------------|--|---|
| . | Ponto | Indicar final da frase declarativa Separar períodos Abreviar palavras | Meu nome é Pedro. Fica mais. Ainda está cedo Sra. |
| : | Dois-pontos | Iniciar fala de personagem Antes de aposto ou orações apositivas, enumerações ou sequência de palavras para resumir / explicar ideias apresentadas anteriormente Antes de citação direta | A princesa disse: - Eu consigo sozinha. Esse é o problema da pandemia: as pessoas não respeitam a quarentena. Como diz o ditado: “olho por olho, dente por dente”. |
| ... | Reticências | Indicar hesitação Interromper uma frase Concluir com a intenção de estender a reflexão | Sabe... não está sendo fácil... Quem sabe depois... |
| () | Parênteses | Isolar palavras e datas Frases intercaladas na função explicativa (podem substituir vírgula e travessão) | A Semana de Arte Moderna (1922) Eu estava cansada (trabalhar e estudar é puxado). |
| ! | Ponto de Exclamação | Indicar expressão de emoção Final de frase imperativa Após interjeição | Que absurdo! Estude para a prova! Ufa! |

| | | | |
|---|-----------------------|---|--|
| ? | Ponto de Interrogação | Em perguntas diretas | Que horas ela volta? |
| — | Travessão | Iniciar fala do personagem do discurso direto e indicar mudança de interlocutor no diálogo Substituir vírgula em expressões ou frases explicativas | A professora disse: — Boas férias! — Obrigado, professora. O corona vírus — Covid-19 — ainda está sendo estudado. |

Vírgula

A vírgula é um sinal de pontuação com muitas funções, usada para marcar uma pausa no enunciado. Veja, a seguir, as principais regras de uso obrigatório da vírgula.

- Separar termos coordenados: *Fui à feira e comprei abacate, mamão, manga, morango e abacaxi.*
- Separar aposto (termo explicativo): *Belo Horizonte, capital mineira, só tem uma linha de metrô.*
- Isolar vocativo: *Boa tarde, Maria.*
- Isolar expressões que indicam circunstâncias adverbiais (modo, lugar, tempo etc): *Todos os moradores, calmamente, deixaram o prédio.*
- Isolar termos explicativos: *A educação, a meu ver, é a solução de vários problemas sociais.*
- Separar conjunções intercaladas, e antes dos conectivos “mas”, “porém”, “pois”, “contudo”, “logo”: *A menina acordou cedo, mas não conseguiu chegar a tempo na escola. Não explicou, porém, o motivo para a professora.*
- Separar o conteúdo pleonástico: *A ela, nada mais abala.*

No caso da vírgula, é importante saber que, em alguns casos, ela não deve ser usada. Assim, **não** há vírgula para separar:

- Sujeito de predicado.
- Objeto de verbo.
- Adjunto adnominal de nome.
- Complemento nominal de nome.
- Predicativo do objeto do objeto.
- Oração principal da subordinada substantiva.
- Termos coordenados ligados por “e”, “ou”, “nem”.

CLASSES DE PALAVRAS: ARTIGO, NOME, PRONOME, VERBO, PALAVRAS RELACIONADAS (PREPOSIÇÃO E CONJUNÇÃO), FLEXÃO NOMINAL, FLEXÃO VERBAL, NÚMERO PESSOAL E MODO TEMPORAL, FORMAÇÃO DE PALAVRAS: COMPOSIÇÃO E DERIVAÇÃO PORTUGUESA

Classes de Palavras

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

| CLASSE | CARACTERÍSTICAS | EXEMPLOS |
|-------------|--|---|
| ADJETIVO | Expressar características, qualidades ou estado dos seres Sofre variação em número, gênero e grau | Menina <i>inteligente</i> ... Roupa <i>azul-marinho</i> ... Brincadeira <i>de criança</i> ... Povo <i>brasileiro</i> ... |
| ADVÉRBIO | Indica circunstância em que ocorre o fato verbal Não sofre variação | A ajuda chegou <i>tarde</i> . A mulher trabalha <i> muito</i> . Ele dirigia <i>mal</i> . |
| ARTIGO | Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número | A galinha botou <i>um</i> ovo. <i>Uma</i> menina deixou <i>a</i> mochila no ônibus. |
| CONJUNÇÃO | Liga ideias e sentenças (conhecida também como conectivos) Não sofre variação | Não gosto de refrigerante <i>nem</i> de pizza. Eu vou para a praia <i>ou</i> para a cachoeira? |
| INTERJEIÇÃO | Exprime reações emotivas e sentimentos Não sofre variação | <i>Ah!</i> Que calor... Escapei por pouco, <i>ufa!</i> |

| | | |
|-------------|---|--|
| NUMERAL | Atribui quantidade e indica posição em alguma sequência Varia em gênero e número | Gostei muito do <i>primeiro</i> dia de aula. <i>Três</i> é a <i>metade</i> de <i>seis</i> . |
| PRONOME | Acompanha, substitui ou faz referência ao substantivo Varia em gênero e número | Posso <i>ajudar</i> , <i>senhora</i> ? <i>Ela me</i> ajudou muito com o <i>meu</i> trabalho. <i>Esta</i> é a casa <i>onde</i> eu moro. <i>Que</i> dia é hoje? |
| PREPOSIÇÃO | Relaciona dois termos de uma mesma oração Não sofre variação | Espero <i>por</i> você essa noite. Lucas gosta <i>de</i> tocar violão. |
| SUBSTANTIVO | Nomeia objetos, pessoas, animais, alimentos, lugares etc. Flexionam em gênero, número e grau. | <i>A menina</i> jogou sua <i>boneca</i> no <i>rio</i> . <i>A matilha</i> tinha muita <i>coragem</i> . |
| VERBO | Indica ação, estado ou fenômenos da natureza Sofre variação de acordo com suas flexões de modo, tempo, número, pessoa e voz. Verbos não significativos são chamados verbos de ligação | Ana se <i>exercita</i> pela manhã. Todos <i>parecem</i> meio bobos. <i>Chove</i> muito em Manaus. A cidade <i>é</i> muito bonita quando vista do alto. |

Substantivo

Tipos de substantivos

Os substantivos podem ter diferentes classificações, de acordo com os conceitos apresentados abaixo:

- **Comum:** usado para nomear seres e objetos generalizados. *Ex: mulher; gato; cidade...*
- **Próprio:** geralmente escrito com letra maiúscula, serve para especificar e particularizar. *Ex: Maria; Garfield; Belo Horizonte...*
- **Coletivo:** é um nome no singular que expressa ideia de plural, para designar grupos e conjuntos de seres ou objetos de uma mesma espécie. *Ex: matilha; enxame; cardume...*
- **Concreto:** nomeia algo que existe de modo independente de outro ser (objetos, pessoas, animais, lugares etc.). *Ex: menina; cachorro; praça...*
- **Abstrato:** depende de um ser concreto para existir, designando sentimentos, estados, qualidades, ações etc. *Ex: saudade; sede; imaginação...*
- **Primitivo:** substantivo que dá origem a outras palavras. *Ex: livro; água; noite...*
- **Derivado:** formado a partir de outra(s) palavra(s). *Ex: pedreiro; livraria; noturno...*
- **Simples:** nomes formados por apenas uma palavra (um radical). *Ex: casa; pessoa; cheiro...*
- **Composto:** nomes formados por mais de uma palavra (mais de um radical). *Ex: passatempo; guarda-roupa; girassol...*

Flexão de gênero

Na língua portuguesa, todo substantivo é flexionado em um dos dois gêneros possíveis: **feminino** e **masculino**.

O **substantivo biforme** é aquele que flexiona entre masculino e feminino, mudando a desinência de gênero, isto é, geralmente o final da palavra sendo **-o** ou **-a**, respectivamente (*Ex: menino / menina*). Há, ainda, os que se diferenciam por meio da pronúncia / acentuação (*Ex: avô / avó*), e aqueles em que há ausência ou presença de desinência (*Ex: irmão / irmã; cantor / cantora*).

O **substantivo uniforme** é aquele que possui apenas uma forma, independente do gênero, podendo ser diferenciados quanto ao gênero a partir da flexão de gênero no artigo ou adjetivo que o acompanha (*Ex: a cadeira / o poste*). Pode ser classificado em **epiceno** (refere-se aos animais), **sobrecomum** (refere-se a pessoas) e **comum de dois gêneros** (identificado por meio do artigo).

É preciso ficar atento à **mudança semântica** que ocorre com alguns substantivos quando usados no masculino ou no feminino, trazendo alguma especificidade em relação a ele. No exemplo *o fruto X a fruta* temos significados diferentes: o primeiro diz respeito ao órgão que protege a semente dos alimentos, enquanto o segundo é o termo popular para um tipo específico de fruto.

Flexão de número

No português, é possível que o substantivo esteja no **singular**, usado para designar apenas uma única coisa, pessoa, lugar (*Ex: bola; escada; casa*) ou no **plural**, usado para designar maiores quantidades (*Ex: bolas; escadas; casas*) — sendo este último representado, geralmente, com o acréscimo da letra **S** ao final da palavra.

Há, também, casos em que o substantivo não se altera, de modo que o plural ou singular devam estar marcados a partir do contexto, pelo uso do artigo adequado (*Ex: o lápis / os lápis*).

Variação de grau

Usada para marcar diferença na grandeza de um determinado substantivo, a variação de grau pode ser classificada em **augmentativo** e **diminutivo**.

Quando acompanhados de um substantivo que indica grandeza ou pequenez, é considerado **analítico** (*Ex: menino grande / menino pequeno*).

Quando acrescentados sufixos indicadores de aumento ou diminuição, é considerado **sintético** (*Ex: menino / menininho*).

Novo Acordo Ortográfico

De acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, as **letras maiúsculas** devem ser usadas em nomes próprios de pessoas, lugares (cidades, estados, países, rios), animais, acidentes geográficos, instituições, entidades, nomes astronômicos, de festas e festividades, em títulos de periódicos e em siglas, símbolos ou abreviaturas.

Já as **letras minúsculas** podem ser usadas em dias de semana, meses, estações do ano e em pontos cardeais.

Existem, ainda, casos em que o **uso de maiúscula ou minúscula é facultativo**, como em título de livros, nomes de áreas do saber, disciplinas e matérias, palavras ligadas a alguma religião e em palavras de categorização.

Adjetivo

Os adjetivos podem ser simples (*vermelho*) ou compostos (*mal-educado*); primitivos (*alegre*) ou derivados (*tristonho*). Eles podem flexionar entre o feminino (*estudiosa*) e o masculino (*engraçado*), e o singular (*bonito*) e o plural (*bonitos*).

Há, também, os adjetivos pátrios ou gentílicos, sendo aqueles que indicam o local de origem de uma pessoa, ou seja, sua nacionalidade (*brasileiro; mineiro*).

É possível, ainda, que existam locuções adjetivas, isto é, conjunto de duas ou mais palavras usadas para caracterizar o substantivo. São formadas, em sua maioria, pela preposição *DE* + substantivo:

- *de criança* = infantil
- *de mãe* = maternal
- *de cabelo* = capilar

Variação de grau

Os adjetivos podem se encontrar em grau normal (sem ênfases), ou com intensidade, classificando-se entre comparativo e superlativo.

- Normal: A Bruna é inteligente.
- Comparativo de superioridade: A Bruna é *mais* inteligente *que* o Lucas.
- Comparativo de inferioridade: O Gustavo é *menos* inteligente *que* a Bruna.
- Comparativo de igualdade: A Bruna é *tão* inteligente *quanto* a Maria.
- Superlativo relativo de superioridade: A Bruna é *a mais* inteligente da turma.
- Superlativo relativo de inferioridade: O Gustavo é *o menos* inteligente da turma.
- Superlativo absoluto analítico: A Bruna é *muito* inteligente.
- Superlativo absoluto sintético: A Bruna é *intelligentíssima*.

Adjetivos de relação

São chamados adjetivos de relação aqueles que não podem sofrer variação de grau, uma vez que possui valor semântico objetivo, isto é, não depende de uma impressão pessoal (subjetiva). Além disso, eles aparecem após o substantivo, sendo formados por sufixação de um substantivo (*Ex: vinho do Chile = vinho chileno*).

Advérbio

Os advérbios são palavras que modificam um verbo, um adjetivo ou um outro advérbio. Eles se classificam de acordo com a tabela abaixo:

| CLASSIFICAÇÃO | ADVÉRBIOS | LOCUÇÕES ADVERBIAIS |
|----------------|---|--|
| DE MODO | <i>bem; mal; assim; melhor; depressa</i> | <i>ao contrário; em detalhes</i> |
| DE TEMPO | <i>ontem; sempre; afinal; já; agora; doravante; primeiramente</i> | <i>logo mais; em breve; mais tarde, nunca mais, de noite</i> |
| DE LUGAR | <i>aqui; acima; embaixo; longe; fora; embaixo; ali</i> | <i>Ao redor de; em frente a; à esquerda; por perto</i> |
| DE INTENSIDADE | <i>muito; tão; demasiado; imenso; tanto; nada</i> | <i>em excesso; de todos; muito menos</i> |
| DE AFIRMAÇÃO | <i>sim, indubitavelmente; certo; decerto; deveras</i> | <i>com certeza; de fato; sem dúvidas</i> |
| DE NEGAÇÃO | <i>não; nunca; jamais; tampouco; nem</i> | <i>nunca mais; de modo algum; de jeito nenhum</i> |
| DE DÚVIDA | <i>Possivelmente; acaso; será; talvez; quiçá</i> | <i>Quem sabe</i> |

Advérbios interrogativos

São os advérbios ou locuções adverbiais utilizadas para introduzir perguntas, podendo expressar circunstâncias de:

- Lugar: *onde, aonde, de onde*
- Tempo: *quando*
- Modo: *como*
- Causa: *por que, por quê*

Grau do advérbio

Os advérbios podem ser comparativos ou superlativos.

- Comparativo de igualdade: *tão/tanto* + advérbio + *quanto*
- Comparativo de superioridade: *mais* + advérbio + *(do) que*

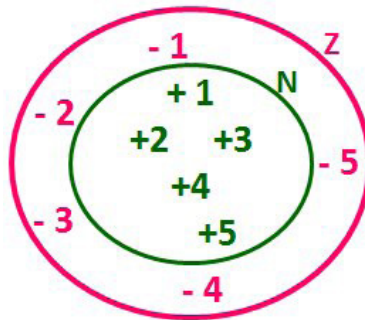
MATEMÁTICA

| | |
|--|----|
| 1. Propriedades, Simplificação de radicais, Operações radicais, Racionalização simples | 01 |
| 2. Equações incompletas. Resoluções de uma equação. Sistema simples de equações, Equações de 1º e 2º graus, Resoluções de problemas. | 10 |
| 3. Noções de relação e função, Função de 1º grau, Funções, Função constante, relação e função: noções gerais, domínio, imagem . | 13 |
| 4. Razão e proporção, Grandezas proporcionais | 26 |
| 5. Regra de três simples, regra de três composta | 27 |
| 6. Porcentagem | 29 |
| 7. Juros (simples e composto) | 30 |
| 8. Conjunto de números inteiros: operações, conjunto de números racionais: expressões algébricas, operações, Radicais: operações, simplificações, racionalização, propriedades | 01 |

PROPRIEDADES, SIMPLIFICAÇÃO DE RADICAIS, OPERAÇÕES RADICAIS, RACIONALIZAÇÃO SIMPLES. CONJUNTO DE NÚMEROS INTEIROS: OPERAÇÕES, CONJUNTO DE NÚMEROS RACIONAIS: EXPRESSÕES ALGÉBRICAS, OPERAÇÕES, RADICAIS: OPERAÇÕES, SIMPLIFICAÇÕES, RACIONALIZAÇÃO, PROPRIEDADES

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



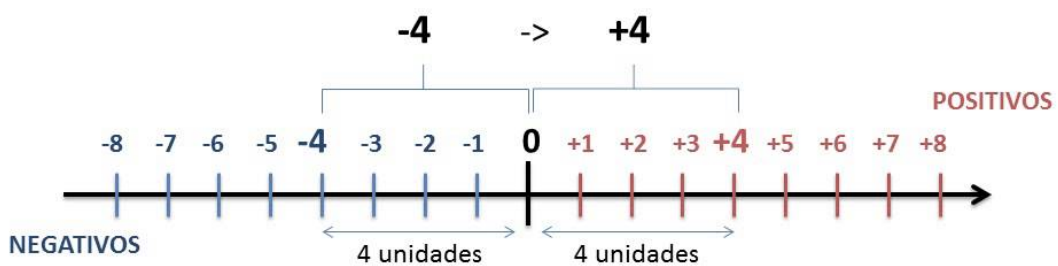
$N \subset Z$ (N está contido em Z)

Subconjuntos:

| SÍMBOLO | REPRESENTAÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---------|---------------|--|
| * | Z^* | Conjunto dos números inteiros não nulos |
| + | Z_+ | Conjunto dos números inteiros não negativos |
| * e + | Z^*_+ | Conjunto dos números inteiros positivos |
| - | Z_- | Conjunto dos números inteiros não positivos |
| * e - | Z^*_- | Conjunto dos números inteiros negativos |

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.
- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

- **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

- **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
20.4=80
30.(-1)=-30
80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z , a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

| |
|---|
| Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo . |
| Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo . |

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm

Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$$52 - 16 = 36 \text{ cm de altura de livros de 3 cm}$$

$$36 : 3 = 12 \text{ livros de 3 cm}$$

$$\text{O total de livros da pilha: } 8 + 12 = 20 \text{ livros ao todo.}$$

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a *base* e o número n é o *expoente*. $a^n = a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:

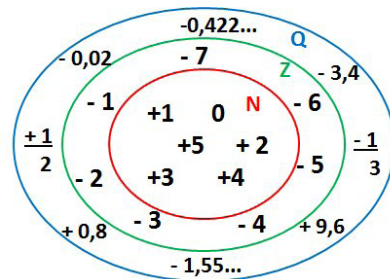
- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa e expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa e expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n .



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

| SÍMBOLO | REPRESENTAÇÃO | DESCRIÇÃO |
|---------|---------------|---|
| * | Q^* | Conjunto dos números racionais não nulos |
| + | Q_+ | Conjunto dos números racionais não negativos |
| * e + | Q^*_+ | Conjunto dos números racionais positivos |
| - | Q_- | Conjunto dos números racionais não positivos |
| * e - | Q^*_- | Conjunto dos números racionais negativos |

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333\dots$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado.

Ex.:
0,035 = 35/1000

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simples*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente.

Exemplos:

| | | |
|---|---|--|
| <p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444\dots = \frac{4}{9}$ | <p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131\dots = \frac{31}{99}$ | <p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278\dots = \frac{278}{999}$ |
|---|---|--|

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica.

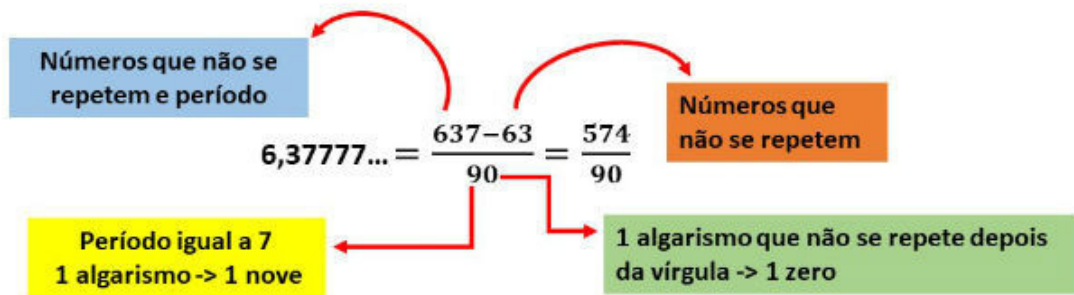
$$0,58333\dots = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Simplificando

Parte não periódica com 2 algarismos: 58
Período com 1 algarismo: 3
2 algarismos zeros: 90
1 algarismo 9: 0

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)



$$6\frac{34}{90} \rightarrow \text{temos uma fração mista, transformando } -a \rightarrow (6 \cdot 90 + 34) = 574, \text{ logo: } \frac{574}{90}$$

Procedimento: é o mesmo aplicado ao item “a”, acrescido na frente da parte inteira (fração mista), ao qual transformamos e obtemos a fração geratriz.

Exemplo:

(**PREF. NITERÓI**) Simplificando a expressão abaixo

Obtém-se $\frac{1,3333... + \frac{3}{2}}{1,5 + \frac{4}{3}}$:

- (A) $\frac{1}{2}$
- (B) 1
- (C) $\frac{3}{2}$
- (D) 2
- (E) 3

Resolução:

$$\begin{aligned} 1,3333... &= \frac{12}{9} = \frac{4}{3} \\ 1,5 &= \frac{15}{10} = \frac{3}{2} \\ \frac{4}{3} + \frac{3}{2} &= \frac{17}{6} \\ \frac{3}{2} + \frac{4}{3} &= \frac{17}{6} = 1 \end{aligned}$$

Resposta: B

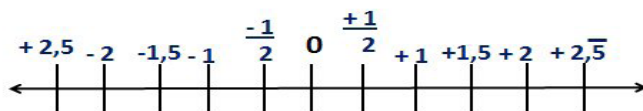
Caraterísticas dos números racionais

O **módulo** e o **número oposto** são as mesmas dos números inteiros.

Inverso: dado um número racional a/b o inverso desse número $(a/b)^{-n}$, é a fração onde o numerador vira denominador e o denominador numerador $(b/a)^n$.

$$\left(\frac{a}{b}\right)^{-n}, a \neq 0 = \left(\frac{b}{a}\right)^n, b \neq 0$$

Representação geométrica



Observa-se que entre dois inteiros consecutivos existem infinitos números racionais.

Operações

• **Soma ou adição:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos a adição entre os números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que a soma de frações, através de:

$$\frac{a}{b} + \frac{c}{d} = \frac{ad + bc}{bd}$$

• **Subtração:** a subtração de dois números racionais p e q é a própria operação de adição do número p com o oposto de q , isto é: $p - q = p + (-q)$

$$\frac{a}{b} - \frac{c}{d} = \frac{ad - bc}{bd}$$

ATENÇÃO: Na adição/subtração se o denominador for igual, conserva-se os denominadores e efetua-se a operação apresentada.

Exemplo:

(PREF. JUNDIAI/SP – AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS – MAKIYAMA) Na escola onde estudo, $\frac{1}{4}$ dos alunos tem a língua portuguesa como disciplina favorita, $\frac{9}{20}$ têm a matemática como favorita e os demais têm ciências como favorita. Sendo assim, qual fração representa os alunos que têm ciências como disciplina favorita?

- (A) $\frac{1}{4}$
- (B) $\frac{3}{10}$
- (C) $\frac{2}{9}$
- (D) $\frac{4}{5}$
- (E) $\frac{3}{2}$

Resolução:

Somando português e matemática:

$$\frac{1}{4} + \frac{9}{20} = \frac{5+9}{20} = \frac{14}{20} = \frac{7}{10}$$

O que resta gosta de ciências:

$$1 - \frac{7}{10} = \frac{3}{10}$$

Resposta: B

• **Multiplicação:** como todo número racional é uma fração ou pode ser escrito na forma de uma fração, definimos o produto de dois números racionais $\frac{a}{b}$ e $\frac{c}{d}$, da mesma forma que o produto de frações, através de:

$$\frac{a}{b} \times \frac{c}{d} = \frac{ac}{bd}$$

• **Divisão:** a divisão de dois números racionais p e q é a própria operação de multiplicação do número p pelo inverso de q , isto é: $p \div q = p \times q^{-1}$

$$\frac{a}{b} \div \frac{c}{d} = \frac{a}{b} \cdot \frac{d}{c}$$

Exemplo:

(PM/SE – SOLDADO 3ªCLASSE – FUNCAB) Numa operação policial de rotina, que abordou 800 pessoas, verificou-se que $\frac{3}{4}$ dessas pessoas eram homens e $\frac{1}{5}$ deles foram detidos. Já entre as mulheres abordadas, $\frac{1}{8}$ foram detidas.

Qual o total de pessoas detidas nessa operação policial?

- (A) 145
- (B) 185
- (C) 220
- (D) 260
- (E) 120

Resolução:

$$800 \cdot \frac{3}{4} = 600 \text{ homens}$$

$$600 \cdot \frac{1}{5} = 120 \text{ homens detidos}$$

Como $\frac{3}{4}$ eram homens, $\frac{1}{4}$ eram mulheres

$$800 \cdot \frac{1}{4} = 200 \text{ mulheres ou } 800 - 600 = 200 \text{ mulheres}$$

$$200 \cdot \frac{1}{8} = 25 \text{ mulhers detidas}$$

Total de pessoas detidas: $120 + 25 = 145$

Resposta: A

• **Potenciação:** é válido as propriedades aplicadas aos números inteiros. Aqui destacaremos apenas as que se aplicam aos números racionais.

A) Toda potência com expoente negativo de um número racional diferente de zero é igual a outra potência que tem a base igual ao inverso da base anterior e o expoente igual ao oposto do expoente anterior.

$$\left(-\frac{3}{5}\right)^{-2} = \left(-\frac{5}{3}\right)^2 = \frac{25}{9}$$

B) Toda potência com expoente ímpar tem o mesmo sinal da base.

$$\left(\frac{2}{3}\right)^3 = \left(\frac{2}{3}\right) \cdot \left(\frac{2}{3}\right) \cdot \left(\frac{2}{3}\right) = \frac{8}{27}$$